

331.310981  
S586t

N. Cham. 331.310981 S586t TCC  
Autor: Silva, Raimundo Ribeiro da  
Título: Trabalho infantil e a escola:

TCC



Ac.210506

Reg. 105927

Ex.1 BJST

Ex. 1 UNIFESSPA.BJST



**SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPO UNIVERSITÁRIO DO  
SUL E SUDESTE DO PARÁ**

UNIFESSPA/CAMAR/BSJST

**Consulta**

**RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA**

**O TRABALHO INFANTIL E A ESCOLA: UMA ANÁLISE DO  
PETI EM OURILÂNDIA DO NORTE.**

**Marabá-PA**

**2008**

**PEDAGOGIA**

SSBI



**SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPO UNIVERSITÁRIO DO**  
**SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA**

**O TRABALHO INFANTIL E A ESCOLA: UMA ANÁLISE DO**  
**PETI EM OURILÂNDIA DO NORTE.**

Trabalho apresentado ao colegiado de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção da graduação em Pedagogia, orientado pela Professora M. Sc. Vanja Elizabeth Sousa Costa.

**Marabá-PA**

**2008**

**RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA**

**O TRABALHO INFANTIL E A ESCOLA: UMA ANÁLISE DO  
PETI EM OURILÂNDIA DO NORTE.**

**Data da defesa:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Banca examinadora**

\_\_\_\_\_  
**Orientadora**

\_\_\_\_\_  
**Examinador (a)**

\_\_\_\_\_  
**Examinador (a)**

**Conceito** \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, humildemente, com muita fé, o meu maior amigo e companheiro de todos os momentos que é Deus, por ter iluminado os meus passos e minha mente, ter me dado sabedoria e inteligência para permanecer firme e concluir este curso. Aos meus familiares, em especial ao meu pai, figura maravilhosa e que tem, a cada dia, me transmitido confiança e dignidade.

À minha esposa, Sebastiana Henrique Sousa, pela paciência, tolerância, por muitas vezes eu não prestar o devido carinho e atenção, por motivos relacionados ao estudo, que em determinados momentos tive que me afastar por questões acadêmicas.

Ao meu filho Daniel Henrique Sousa da Silva, que muitas vezes me obriguei a me distanciar por causa dos estudos, deixando com isso de dar o meu carinho e atenção de pai nas horas precisas.

Aos professores da UFPA que dedicaram seu tempo e sabedoria para me dar esta formação com muito sacrifício ficando distante do seu convívio familiar.

Aos meus amigos, amigas e colegas de aula que de qualquer forma direta ou indiretamente deram sua contribuição para que eu pudesse chegar até aqui e concluir este trabalho. E com certeza irá contar com minha contribuição profissional, formado na UFPA, na busca de uma melhor formação.

À professora Vanja, em especial, porque me orientou com toda sua dedicação e compromisso.

## DEDICATÓRIA

À minha esposa e meu filho, razões da minha alegria e  
superação.

IN memória

João Coelho da Silva  
Adenora Ribeiro da Silva, que me deram a  
vida.

“Uma aranha executa operações semelhantes as do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura normalmente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.”

Karl Marx

## RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema: O Trabalho Infantil e a Escola: Uma Análise do PETI em Ourilândia. As características do município de Ourilândia do Norte bem como as questões sócio-políticas e educacionais. Aborda a realidade da criança e do adolescente no Brasil, a implantação do programa de erradicação do trabalho infantil. Fala também sobre a cidadania em nosso país e, dentro deste contexto, aborda sobre a igualdade social e os direitos da criança e do adolescente, retratando sobre as crianças operárias no Brasil. Fala, também, sobre a legislação brasileira, do sistema de governo, das políticas públicas, ressalta sobre o trabalho infantil e a escola e o rendimento escolar dos alunos que estão no PETI.

Palavras-chave: Trabalho Infantil e a Escola: Uma análise do PETI em Ourilândia Norte.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: HISTÓRICO DE OURILÂNDIA DO NORTE.....	15
1.1- Caracterização do município de Ourilândia do Norte.....	15
1.2- Economia.....	16
1.3- Assistência Social.....	17
1.4- Educação Municipal.....	17
CAPÍTULO II: HISTÓRICO DO PETI.....	18
2.1 A Realidade da Criança e do Adolescente no Brasil.....	18
CAPÍTULO III: DISCURSÃO TEÓRICA ACERCA DO TRABALHO INFANTIL.....	23
3.1 A Utopia da Cidadania.....	23
3.2 As Crianças desde a Colonização do Brasil.....	27
3.3 O Trabalho Nacional.....	28
3.4 O Trabalho infantil e a Legislação brasileira do império aos nossos dias.....	28
3.5 Os Problemas Presentes.....	33
3.6 Ações do Combate ao Trabalho Infantil.....	33
3.7 Um Olhar Humanista.....	34
3.8 Uma Educação Dividida.....	39
3.9 Falando de Políticas Públicas.....	40
CAPITULO IV: TRABALHO E ESCOLA.....	42
4.1 Como Trabalhar e Estudar.....	42
CAPÍTULO V: Resultado da Pesquisa.....	56
CAPÍTULO VI: Considerações Finais.....	68

Referências Bibliográficas.....70

Anexos.....72

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema dessa pesquisa tem seus motivos: primeiro o interesse de conhecer com mais afinidade a trajetória histórica do trabalho infantil em Ourilândia do Norte e as possíveis conseqüências geradas pelo trabalho infantil.

Perceber a necessidade e a importância da implantação do programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, desde sua criação neste município, (que aconteceu em junho de 2000), na tentativa de reconhecer o que mudou no cotidiano dessas crianças após a sua inclusão no programa. Sabendo-se que este programa visa tirar a criança e o adolescente do trabalho e garantir a sua permanência na escola, surgiu ao mesmo tempo a necessidade de verificar se o programa tem oferecido vantagens a esses sujeitos no que diz respeito ao aprendizado, ou seja, se estes alunos estão tendo de fato um bom desenvolvimento no que se refere à construção de novos conhecimentos.

Analisar as contribuições oferecidas pelo Programa de Erradicação do trabalho infantil em benefício do resgate da cidadania às crianças e adolescentes de Ourilândia do Norte. Analisar o desempenho do PETI se de fato erradicou o trabalho infantil no município, bem como, apontar os resultados obtidos no aprendizado destes alunos na escola a qual frequentam.

A pesquisa foi realizada com crianças e adolescentes residentes nas seguintes localidades: Setor Aeroporto, Setor Bela Vista, Setor Novo Horizonte, Setor Cooperlândia, Setor Márcia Veloso, Setor Azevec. Esses bairros foram escolhidos por apresentarem um número significativo de famílias pobres, vivendo em situação de vulnerabilidade social, cuja renda per capita é inferior a meio salário mínimo, os setores possuem infra-estrutura que satisfaz razoavelmente às necessidades da comunidade, tendo uma pequena parte de suas ruas calçadas por bloquetes e com abastecimento precário de água, oriundo de poços artesianos.

Para iniciar uma pesquisa, o pesquisador necessita fazer uso dos métodos que melhor se adequam ao seu objeto de pesquisa, para que não venha comprometer a coleta e a interpretação dos dados coletados, pois segundo Odília Fachin/2002,

O método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar e interpretar os resultados. (p. 27)

Mediante o exposto, fica clara a importância da escolha do método de pesquisa para a coleta e o tratamento dos dados. Assim sendo, procurou-se desenvolver este trabalho tendo como referências metodológicas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, sob o enfoque qualitativo e quantitativo do tipo “estudo de caso”. Esta última foi realizada em duas etapas: entrevistas com questões abertas e aplicação de questionários e observação (não participante). A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de leituras e fichamentos de obras de autores que realizaram pesquisa nesta área, sendo alguns deles: Dimenstein (2001), Passetti (2006) Rizzini (2006) e Pádua (2004) entre outros. Os alunos foram entrevistados para saber quais eram suas expectativas em relação ao programa e se as mesmas estavam sendo alcançadas. Em relação aos pais procurou-se saber se os mesmos estavam notando alguma mudança no que se refere ao comportamento e ao desenvolvimento no aprendizado dos filhos. Quanto aos professores a questão era sobre o desenvolvimento ensino-aprendizagem dos alunos.

Em relação à pesquisa de campo, faz-se necessário reforçar o entendimento quanto a importância da entrevista no processo de coleta de dados, já que são considerados métodos necessários à realização de uma pesquisa, seja ela realizada por um pesquisador iniciante ou por um pesquisador experiente.

Com os devidos esclarecimentos em relação aos métodos e instrumentos escolhidos para realização desta pesquisa vale ressaltar que foram entrevistados os seguintes sujeitos: Alunos, Pais, Mães, ou Responsáveis, Professores, Conselheiros Tutelares e a Comunidade,

Foram entrevistadas 40 pessoas, sendo as mesmas: 15 alunos do PETI, 15 pais dos alunos do PETI, 3 Professores do PETI, 3 Conselheiros Tutelares, e 4 pessoas da Comunidade.

Os questionários foram elaborados com modalidades diferentes: Uma para os Alunos com 8 questões, outra para os pais, mães, responsáveis com 5 questões, logo em seguida as dos professores com 5 questões, e as dos conselheiros tutelares e comunidade com 3 questões. A referida pesquisa foi realizada no período de 09 a 13 de maio do ano de 2006.

Para iniciar a entrevista foi necessário antes uma conversa informal sobre o assunto com os entrevistados, procurando assim, manter um clima de tranquilidade para que se pudesse obter as respostas dos questionários com mais eficiência.

No decorrer da pesquisa, três pessoas se recusaram a ser entrevistadas, alegando que não estavam preparadas para responder tal questionário. Os alunos e os professores foram entrevistados nas salas de aula do PETI, Os Conselheiros Tutelares, foram entrevistados no

Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Os pais, mães, ou responsáveis e pessoas da Comunidade foram entrevistadas em suas próprias casas, apenas um entrevistado se deslocou voluntariamente até a residência do entrevistador para prestar seu depoimento. Vale ressaltar que além dessas pessoas selecionadas, foram entrevistadas outras pessoas, apenas com o uso de diário de campo, fazendo algumas anotações, a fim de se obter mais informações sobre o trabalho infantil. A observação em sala de aula foi realizada no período de 30 dias com carga horária de quatro horas diárias, no período matutino, para a observação do comportamento, participação e interesse dos alunos nas atividades propostas, sendo que todos os dados da pesquisa no que se refere ao comportamento dos alunos em relação à participação no desenvolvimento das atividades propostas, eram registradas em diário de campo, o que foi muito importante no processo de pesquisa, pois me forneceu informações para o conhecimento da realidade da criança e do adolescente inseridas no PETI, especialmente no município de Ourilândia do Norte.

O trabalho infantil é uma atividade que cada vez mais vem causando preocupação para grande parte da sociedade. O Brasil é considerado um dos países com maior índice de exploração da mão-de-obra infantil. Conforme Maria Claudia Falcão (2006) pesquisa sobre trabalho infantil realizada como suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Segundo a Constituição Federal de 1988: “Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

No entanto, esse direito ainda é negado a dezenas de crianças e adolescentes que residem em Ourilândia do Norte, sendo que o acesso à escola ainda lhes é negado, ou seja, por falta de interesse dos pais entre outros, ficando os mesmos impedidos de desenvolver o seu papel de cidadão no contexto social em que estão inseridos.

A Lei de Diretrizes e Bases, L.D.B. 9394/96 também nos garante em seu art. 2º: “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e no ideal de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Se for esta a visão da LDB, no referido artigo, é fácil identificar algumas brechas que podem dificultar a inclusão de muitas crianças e adolescentes na escola, pelo fato de não definir claramente quem é o verdadeiro educando que esta lei pretende ser solidária a ele, ou

que classes de sujeitos não está sendo contemplada a se desenvolver socialmente por esta lei, haja vista a lei existe, mas não garante a permanência das crianças na escola.

Um dos documentos mais importante nessa luta é o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº. 8069/90 o qual reza que:

- Art. 4º - É dever da família, da comunidade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, liberdade, a convivência familiar e comunitária.

De acordo com artigo 4º do ECA, quando se trata do dever da família, da comunidade em geral e do poder público, o que podemos perceber é a exclusão de algumas crianças que ainda não tem seu direito cumprido conforme lhe assegura a lei. Sobre isso a Organização Internacional do Trabalho 2001 diz que:

O trabalho infantil além de não constituir trabalho digno e ser contrário à luta pela redução da pobreza, sobre tudo rouba das crianças sua saúde, seu direito à educação, ou seja, sua própria vida enquanto crianças – para a OIT, o termo “criança” refere-se a pessoas com idade inferior a 18 anos ((OIT: 2001 p. 8).

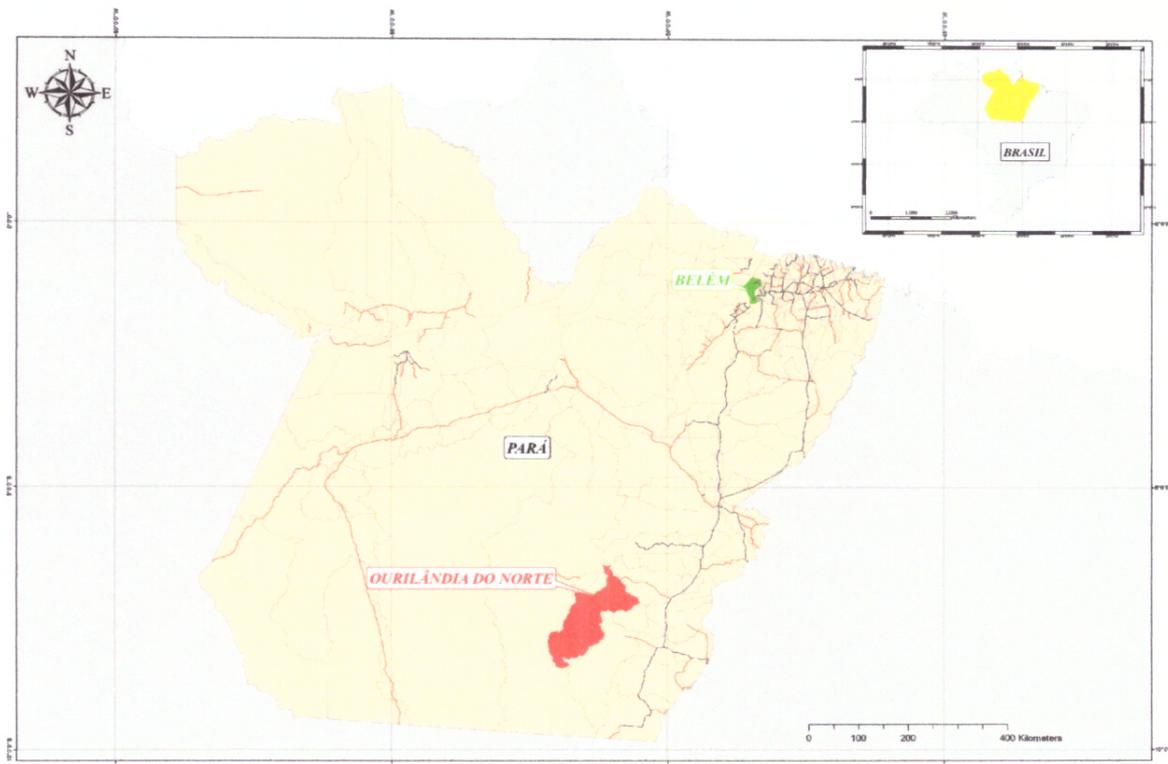
Neste sentido a criança que trabalha e ainda frequenta a escola fica impossibilitada de desenvolver com mais eficiência o seu potencial no que se refere ao desenvolvimento do ensino aprendizagem da mesma. Refletir sobre a infância em sua pluralidade dentro e fora da escola é, também, pensar nos espaços que tem sido destinado para que a criança possa viver esse tempo de vida com todos os direitos e deveres assegurados.

Aparece o Histórico e a caracterização do município de Ourilândia do Norte; questões sócio-políticas e econômicas. suas questões Socio-politica-educacional.

## CAPÍTULO I - HISTÓRICO DE OURILÂNDIA DO NORTE

### 1.1. Caracterização do Município de Ourilândia do Norte: Questões Sócio – Política e Econômica. Suas questões Sociopolíticas Educacional

O município de Ourilândia do Norte está localizado no Sul do Pará é formado por uma população aproximadamente de 19, 889 mil habitantes<sup>7</sup>, o município pertencente à mesorregião do Sudeste do Pará e a micro-região de São Felix do Xingu. Ourilândia do Norte fica na margem da PA 279 que liga Xinguara a São Felix do Xingu a uma distância de 980 km de Belém, 150 km de Xinguara, 110 km de São Felix do Xingu e 8 km de Tucumã. O município se limita ao Norte com Água Azul do Norte, a oeste com Tucumã e São Felix do Xingu, ao sul com são Felix do Xingu e a Leste com Bannach e Rio Maria.



1 População Estimada; (2) No censo 2000 o IBGE seguiu critérios próprios para definir área urbana e rural.

**Fonte: Setor de Informática da Mineração Onça Puma, Ourilândia do Norte - PA**

Ourilândia do norte teve sua origem em 1980 com a chegada de pessoas vinda de várias partes do Brasil na busca de terras para trabalhar ou de ouro. Chegando aqui a realidade era bem diferente, no projeto de colonização de propriedade da construtora Andrada Gutierrez só era permitido entrar quem pudesse comprar terra ou construir casa boa no Projeto Tucumã. Com isso os que não tinham condições financeiras se instalaram ao lado da gurita que dava acesso ao Projeto Tucumã. O vilarejo foi crescendo e com a participação dos moradores pode-se reivindicar a emancipação do povoado consagrado oficialmente no dia 10 de maio de 1988 pela lei nº 5449/88, na gestão do governador Héllio da Mata Gueiros.

Portanto é esta a realidade de Ourilândia do Norte, uma cidade que se gerou de gente forte e corajosa, mas de maioria pobre. As famílias que aqui chegaram, a maioria viviam do trabalho informal pelo fato de não possuírem renda suficiente. Para sobreviverem eram obrigados a colocar os filhos no trabalho para complementar no sustento da família.

Portanto, neste contexto histórico do município, apesar das lutas e conquistas obtidas nesta trajetória, os avanços não têm sido satisfatórios com relação ao social. Espera-se, que num futuro próximo, seja oferecida à nossa sociedade chance de um padrão de vida mais digno que venha satisfazer as expectativas da população.

Ourilândia do Norte ainda oferece a seus moradores um sistema de Saneamento e abastecimento de água muito precária, pois não há rede de esgoto e muito menos estação de tratamento de água. A coleta de lixo em Ourilândia é clandestina sendo a maioria do lixo queimado, em fossas rudimentares.

## **1.2- A ECONOMIA DO MUNICÍPIO**

A economia de Ourilândia do Norte se baseia em atividades agropecuárias praticada por médios proprietários rurais que se dedicam à criação de gado leiteiro. Produção do leite é transportada para os Laticínios da cidade, também está presente a produção de grãos como o milho, banana e cacau. E ainda os grandes proprietários pecuaristas de desenvolvimento a criação e engorda do gado de corte, sendo exportados para os Frigoríficos da região.

### **1.3- A ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Assistência Social do Município vem desenvolvendo um trabalho de amparo às famílias mais carentes, que não tem renda fixa para sobreviver dignamente. Neste quadro, incluem-se também menores em situação de risco social. Os programas sociais são entre eles:

API – Conviver de Assistência ao idoso

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Agente Jovem – Assistência ao menor em risco social.

Diante de toda esta estrutura programática do Secretario de Promoção e Assistência Social voltada para o atendimento a estas famílias são apontadas falhas no gerenciamento dos programas quanto ao apoio que possa garantir aos usuários qualidade de vida mais humana.

### **1.4 - EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

O município tem investido muito na melhoria do Ensino Fundamental e tem apoiado o Ensino Médio. Merece destaque o investimento, por parte da prefeitura, em cursos de níveis superiores, objetivando a formação de professores de Matemática, Geografia, História, Pedagogia e Letras. Ourilândia conta com um número significativo de escolas bem como: 7 escolas na zona urbana e 30, na zona rural. Os alunos matriculados no Ensino Fundamental são: 985 na zona rural e 3.479 na zona urbana. Porém com a chegada de novos imigrantes, a tendência do município é crescer demograficamente e a consequência disso é o numero de alunos e das escolas que atende aumentarem. No próximo capítulo veremos histórico do PETI.

## **CAPÍTULO II - Histórico do PETI: A Realidade da Criança e do Adolescente no Brasil**

O programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI implantado oficialmente no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) em 1996, vinculado à Secretaria de Estado da Previdência e Assistência Social após reivindicações e denúncias relacionada ao trabalho infantil. Este programa foi uma das primeiras ações governamentais com a finalidade de eliminar o trabalho da criança e do adolescente no Brasil.

O primeiro passo aconteceu em 1996, nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, em seguida nos canaviais de Pernambuco e a região sisaleira, ou seja, plantio de sisal (uma planta que tira a fibra para fabricação de cordas), do Estado da Bahia. Em 1998 foram contempladas com o programa, as regiões citricolas, digo lugar onde se faz plantio de laranja, de Sergipe, um garimpo de Rondônia e canaviais do Rio de Janeiro. Em 1999 chegou a ser implantado nos estados de Alagoas, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

O público alvo são as famílias de baixa renda e que vivem abaixo da linha de pobreza e tem filhos na faixa de 7 a 14 anos de idade que estão no trabalho penoso, insalubre e perigoso. Para completar a renda das famílias, o governo federal paga uma Bolsa-cidadã no valor inicial de R\$ 25, em contra partida estas precisam manter os filhos fora do trabalho e freqüentar a escola. Além disso, são oferecidas atividades socioeducativas como jornada escolar ampliada.

Segundo a OIT, (2001. P, 41) o PETI atendeu inicialmente 362, 000 crianças e adolescente em 590 municípios de 26 Estados. Segundo esta pesquisa os resultados foram satisfatoriamente positivos. Porém, admitiram-se algumas dificuldades na operacionalização. O programa tem caráter emergencial por não contar com política mais coerente e comprometida com a distribuição de renda mais justa no país. A idade máxima para inclusão e desligamento do programa é de 5 a 14 anos. Ao completar 15 anos de idade essas crianças estarão fora do programa, estando as mesmas correndo grande risco de retornarem ao trabalho precoce, haja vista não terem condições econômicas para suprir suas necessidades, que,

segundo a Legislação Brasileira, é ilegal. Dentre os municípios acima contemplados com PETI Ourilândia foi agraciada.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI do Governo Federal, Implantado em Ourilândia do Norte em junho do ano de 2000, teve como proponente a Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte no período de 2000 a 2004, com a participação da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção e Assistência Social.

O município de Ourilândia do Norte se encontra com a maioria das famílias sobrevivendo do trabalho informal ou do subemprego, haja vista que as famílias por não possuírem uma renda fixa para sustentarem seus membros, as mesmas colocam as crianças para trabalharem e ajudar na renda familiar, desenvolvendo várias atividades como: vendas ambulantes de verduras, geladinho, salgados, além do trabalho na feira, fazendas, comercios locais, oficinas de bicicletas, motos e engraxando nas ruas da cidade e na cidade vizinha.

Famílias estas que vieram de várias regiões do país, principalmente do Nordeste e Centro Oeste fugindo da seca nordestina e da seca sertaneja, da miséria e da violência das grandes cidades, em busca do sonho e do enriquecimento rápido, principalmente para melhoria da qualidade de vida. Por falta de oportunidade, seus filhos crescem frustrados diante da realidade de carência cotidiana, passando a ser explorados, desenvolvendo atividades de exploração do trabalho infantil.

Diante das condições econômicas destas famílias que se encontravam fragilizadas pela pobreza e da grande demanda de crianças e adolescentes trabalhando, sentimos a necessidade de implantar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, no município de Ourilândia do Norte. O município passou por toda uma assessoria do Estado efetivado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social – SETEPS, desde uma reunião ampliada com todos os conselhos municipais e entidades que trabalham com assistência à criança e ao adolescente, Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social que também assessorou no cadastramento e no projeto técnico para implantação do referido projeto, que iniciou-se com objetivo de atender cinquenta crianças, (cinquenta crianças), porém, através de estudos antes de iniciar o trabalho com estas crianças conclui-se que o projeto poderia ser ampliado para atender cem crianças (cem crianças), como o município já contava com uma boa infraestrutura e um espaço específico que atendessem as exigências do projeto o que possibilitou o avanço no processo de desenvolvimento do mesmo, além de já contarmos com um técnico para coordenar o programa e acompanhar o trabalho dos profissionais no desenvolvimento do

projeto, logo após seis meses teve a ampliação das metas passando a atender cento e cinquenta crianças (cento e cinquenta), funcionando até hoje conforme critério do convênio em parceria com o SETEPS.

O município de Ourilândia do Norte, assim como outros municípios desta região, enfrentam graves problemas sociais inclusive da exploração do trabalho infantil, decorrentes de vários fatores, principalmente de sua formação histórica, acima citada.

As necessidades básicas, as condições precárias das famílias carentes do município, e a demanda da exploração do trabalho infantil continuam grande. Diante de todos esses fatores, percebeu-se a necessidade de ampliar o atendimento que, naquele momento atendia apenas 150 crianças. Com o aumento da exploração do trabalho infantil, entre outros fatores sociais que mais atinge a população em especial as famílias de menor poder aquisitivo, percebeu-se também a urgência e a necessidade de ampliação a inclusão de mais crianças neste projeto, uma vez que o fator social é um dos problemas que mais atinge as famílias ourilandenses, haja vista também as famílias do processo imigratório não terem condições de vida, no entanto as mesmas não possuem estrutura que atenda às suas necessidades básicas.

O Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI tem como objetivo eliminar as piores formas de trabalho infantil na zona rural e urbana visando superar situações de risco pessoal e social que estão submetidas a criança e o adolescente de 07 a 15 anos.

Os participantes têm acesso e permanência na escola pública, tendo como complemento mensal de renda, a quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais) proveniente do Bolsa Cidadã. Através do projeto, são desenvolvidas várias atividades sócio – educativas como aula de reforço, esporte (futsal, futebol, handebol, voleibol e karatê), oficinas de dança de rua, oficinas sócio – educativas, palestras de assunto como DST/ AIDS, sexualidade, cidadania e drogas; ministrada por psicólogos, pedagogos, conselheiros tutelares e entidades religiosas. São oferecidas às crianças e adolescentes, reforço alimentar, materiais escolares, materiais esportivos, materiais artísticos, e uniformes e brinquedos pedagógicos.

O programa funciona em dois períodos: matutino e vespertino, cada período com carga horária de quatro horas diárias. Contamos, também, com capacitação para os monitores com carga horária de 10 horas mensais, as atividades programadas são planejadas semanalmente com uma orientadora pedagógica. Os monitores atendem em média 25 crianças por turma, tendo uma frequência de 90% na jornada ampliada.

Na coordenação do programa contamos com uma assistente social na coordenação geral. Coordenadora pedagógica, chefe de divisão de assistência responsável pela manutenção do programa, 06 monitores, 2 merendeiras, 2 auxiliares de serviços gerais, 01 professor de educação física, 01 treinador de futebol e uma professora das oficinas educativas.

Em média são desenvolvidas por mês, dez horas de atividades com as famílias entre reunião, palestras, apoio psicossocial e encaminhamento a serviço de saúde.

As famílias beneficiadas do PETI participam do Projeto de Geração de Renda desenvolvendo atividades em horta comunitária. Vale ressaltar que, os principais resultados obtidos foram melhoria de qualidade de vida, da auto – estima da criança / adolescente e da família, melhoria do desenvolvimento físico das crianças, como também nas atividades de esporte e lazer e fortalecimento dos laços familiares resgatados através do programa. O capítulo a seguir retrata sobre discussão teórica.

## **CAPITULO III - A DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DO TRABALHO INFANTIL**

### **3.1 A utopia da Cidadania**

No desenvolvimento desse artigo serão tratados dois pontos importantes: a cidadania e a democracia. Estes que merecem uma profunda reflexão por parte da sociedade, com a finalidade de tentar levar um pouco de contribuição ao cidadão no sentido de melhor compreender o verdadeiro significado dos termos acima, principalmente aquele cidadão que ainda não tem uma visão crítica do que é cidadania. Mas que é alienado (por um conhecimento que vem sendo imposto) por um sistema que só tende a camuflar um conhecimento que deveria ser proposto para nossa geração.

Há muito tempo vem se falando em cidadania em nosso país. Este é marcado pelo grande poder econômico, político e dominante, que traz nas suas engrenagens um processo hediondo do que vem a ser cidadão. Esse processo é conduzido por práticas enganosas sem, no entanto, abordar sequer o verdadeiro conceito de cidadania para nosso povo mais desinformado. E quem sofre as maiores conseqüências são as crianças e os adolescentes filhos de famílias pobres, ficando assim a mercê da situação. Para Dimenstein [2001] “[...] vamos observar como é a cidadania brasileira, que é garantida só nos papéis, mas não existe de verdade. É a cidadania de papel” (p. 17).

Assim sendo o que se espera é que a infância no nosso país tenha sua cidadania materializada em princípios de igualdade, humanização tendo os seus direitos respeitados. Para que isso venha acontecer de fato é necessário que a sociedade de modo geral tenha conhecimento de seus direitos e cobre dos órgãos competentes a mudança necessária que

venha suprir pelo menos as suas necessidades básicas bem como: moradia, alimentação e saúde. Dimenstein (2001), afirma que:

A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Se um país é uma árvore e a criança é um fruto. E está para o progresso social e econômico como a semente para a plantação. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na infância. Por um motivo bem simples: ninguém planta nada se não tiver uma semente. (p.17).

Essa cidadania que sonhamos é a que ainda não existe verdadeiramente em pleno regime de democracia no Brasil. Democracia essa muito semelhante com a “cidadania” que se tem: A democracia dos favelados, dos filhos abandonados, da exploração do menor, do abuso do poder e a democracia do assistencialismo e não a do bem-estar social. A meu ver a democracia em que vivemos é como apenas pano de fundo que por traz se escondem os interesses dominantes e autoritários, com propagandas e discursos enganosos para nos convencer de que a criança e o adolescente têm cidadania respeitada.

Na verdade quando se descobre que ainda há criança no trabalho precoce com fome, doente, fora da escola e sem moradia, revela que essa sociedade não vai nada bem, ou melhor, ela não está se desenvolvendo. Por outro lado, se todos nós somos iguais perante a lei, porque essa igualdade não é vivida concretamente? É porque não temos dignidade? Sendo assim é necessário que seja colocada na prática e que se concretize nos ideais de uma sociedade que busca ser justa e solidária. Do contrário nossos direitos permanecerão sempre esquecidos, este é um desafio que vem sendo enfrentado pela base da nossa sociedade. Segundo o Relatório da UNICEF (2003):

[...] temos em decorrência disso, os mesmo direitos e não é algo apenas formal, dado ou suficiente, mas algo construído. [...] Alegar igualdade natural só se torna relevante quando se parte do entendimento de que desigualdades sociais devem ser reduzidas, eliminadas, e as diferenças valorizadas (p. 17).

Diante deste contexto a “igualdade” social que nos é conferida, em determinados momentos sobrepõe certo peso gerando conseqüências desagradáveis e por isso não é aceito no meio social por circunstâncias muito mais valorosa que é preservar um direito que é nosso. Na media que somos iguais só no papel ao mesmo tempo em que somos vistos diferentes quando nossos direitos são exigidos. Segundo o sociólogo português, Boa Ventura de Sousa Santos citado no relatório da UNICEF (2003), diz que:

[...] é importante afirmar que somos todos iguais quando algo ameaça nossos direitos [...] em que alguém, algum grupo ou nação se atribui uma superioridade diante das diferenças, impondo um único padrão a ser seguido ou admirado por todos [...] também somos todos diferentes quando a igualdade nos ameaça e oprime, descaracteriza-nos, atenta contra nossos direitos à diferença (pp. 18 e 19).

Permitir o trabalho ao menor significa negar os seus direitos sociais que são específicos à sua fase de vida, tirando-lhe também o direito ao lazer, ao lúdico e a educação, uma vez que ambos se relacionam e se interagem ao mesmo tempo trocando experiências uns com os outros na construção de novos conhecimentos e formação de sua própria identidade. É importante saber que a inclusão precoce da criança ao mercado de trabalho não é recomendável para o desenvolvimento intelectual e cultural causando bloqueio no desenvolvimento ensino aprendizagem.

O escritor grego Xenofontes, discípulo de Sócrates, citado por Carmo (1992) dizia que: “a rudeza de alguns trabalhos manuais causava danos físicos aos seus operadores, provocando muitas vezes uma fraqueza do corpo que conduzia à fraqueza da mente” (p.18).

Essas conseqüências apontadas por Xenofontes podem surgir muito mais cedo na criança que executa trabalho penoso e perigoso, uma vez que, os membros do seu corpo não estão preparados fisicamente para o trabalho e não estarão imune dos males que virão no futuro, tanto físico quanto intelectual ou mental.

É compreendido que o brincar é um meio que pode ser satisfatório na vida da criança que busca vivenciar a vida adulta sem dela experimentar diretamente atividades praticadas pelos adultos. Mas sendo interpretado a seu modo por meio de situações imaginárias criada pela própria criança de acordo com a sua realidade e o ambiente em que vive. Isso significa que a criança que brinca adquire preparos físicos, afetivos, cognitivo e social mais coordenado tornando-se um adulto ativo e participativo dentro do contexto social em que está inserido. Para Rego (2003):

A criança passa a criar uma situação ilusória e imaginária, como forma de satisfazer seus desejos não realizáveis. [...] A criança brinca pela necessidade de agir em relação ao mundo mais amplo dos adultos e não apenas ao universo dos objetos a que ela tem acesso. (p. 82).

Neste sentido, a autora tem razão quando defende a necessidade de brincar da criança, por considerar que faz parte e também contribui para sua formação. Por isso como a escola

também constitui para ela um direito, não deve ficar de fora dessa luta, mas terá possibilidade de estar também resgatando a criança do trabalho infantil, para construir sua cidadania vinculada ao conhecimento formal.

Neste contexto a função que a escola desempenha é não só o ato de educar, mas formar na criança um perfil que trará uma visão de vida que, vinculada a um conhecimento construído ao longo de sua vida infanto-juvenil, possa libertar-se das desigualdades sociais. Possibilitando preparar o futuro cidadão a se tornar capaz para lidar com novos desafios do desenvolvimento contínuo e da tecnologia. Segundo Oliveira (2002), et. all afirma que:

Entre nós, a extensão da escolaridade esteve associada tanto á idéia de que a escola seria um instrumento de redução das desigualdades sociais e de moldagem da identidade nacional quanto à necessidade de incutir nas novas gerações comportamentos exigidos para o desempenho das funções e ocupações emergentes com os processos de industrialização e urbanização (p. 34).

Assim sendo, a criança e o adolescente só terão seus direitos reconhecidos como futuros cidadãos a partir do momento em que estiverem maciçamente fora do trabalho, se alimentando dignamente e estudando, para construir seu futuro dentro de uma perspectiva de vida mais humana. Enquanto isso acontecer por via de atenção especial às famílias carentes, poderá diminuir o número de crianças que se encontra em situação de risco ou de abandono. Isso implicará pelo menos na redução de uma crise social que aos poucos vem se generalizando em nosso país. Para Dimenstein (2001): “Enquanto milhares de crianças brasileiras deixarem de freqüentar a escola para trabalhar, não haverá a mínima possibilidade de o Brasil se considerar uma nação democrática” (p.164).

Assim sendo, a verdadeira democracia que se pretende é aquela pela qual nossos governantes se empenhem ainda mais e olhe no interior de cada um dos menores de nosso país e dar a eles a sua devida dignidade de ser gente, dando oportunidade à nossa classe infantil é que elas serão valorizadas e assim seremos, com certeza, uma nação reconhecidamente modelo de um povo civilizado e comprometido com a igualdade social. Tendo por fim um exemplo de democracia baseado no ideal de igualdade e liberdade para todos de fato.

Acredita-se que isso só acontecerá depois que politicamente, economicamente e socialmente mudarmos a cara do nosso país. Quando todos os governantes unirem-se num mesmo ideal e num mesmo plano de humanização.

### 3.2-As crianças desde a colonização do Brasil

Um fato bem interessante nos chama atenção para uma reflexão referente à história do nosso país já que estamos no sexto século de uma aparente descoberta do Brasil, é um país rico de verdes florestas e um subsolo riquíssimo, mas o que temos como herança é um passado sujo que se generalizou até os dias de hoje, tido como um dos fatores da exploração do homem que afeta todas as modalidades do exercício humano, sobretudo da classe dominada. Mas o objetivo aqui é desvendar um pouco da história de exploração do menor (como era falado antes), como uma forma de minimizar a dignidade da criança e do adolescente.

É evidente que a vida das crianças teve um passado cruel desde o início da primeira colonização no Brasil, a começar pelo duro sofrimento nas caravelas por muitas crianças e adolescentes portugueses que se deslocaram do país de origem arriscando a própria vida em alto mar para conseguir uma sobrevivência na nova terra às vezes em troca da sua identidade. Segundo Ramos (2006):

[...] além dos muitos homens e das escassas mulheres que se aventuraram rumo à terra de Santa Cruz nas embarcações lusitanas do século XVI, crianças também estiveram presentes à epopéia marítima. As crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pagens, [...] enviadas ao Brasil [...] ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente. (p.19).

Neste momento o autor chama atenção para o trabalho infantil no Brasil para mostrar que esta prática teve início muito antes do que se imaginava ainda em alto mar, a caminho da Terra de Santa Cruz, onde crianças e adolescentes eram forçadas a trabalhar nos navios

arriscando a própria sorte sem se dar conta de perceber o grande perigo em que se deparavam, na fúria do mar, nos ataques dos corsários, resultavam em vítimas, mesmo em terras brasileiras elas não eram poupadas dos maus tratos mesmo, aquelas que estavam em companhia dos pais e muito menos aquelas que deixaram seus pais em seu país de origem. Uma história periférica e dificilmente relatada pelos adultos. Ramos (2006) afirma que: “uma história de dor e de conflito entre o mundo do adulto e o universo infantil que estamos prestes a penetrar “(p. 20)”.

Portanto a história da exploração de crianças tem um passado que faz delas um retrato que se repete a cada geração, tanto no campo como nas cidades, tudo isso por uma herança que tem se recebido dos antepassados e se generalizou nas camadas mais pobres.

### **3.4- O TRABALHADOR NACIONAL**

Quando num país o sistema um sistema de governo não vai bem como no Brasil, a tendência da população é derrubá-lo de uma forma ou de outra, cedendo lugar para outro. Quando isso ocorre, surgem novas perspectivas de melhoria de vida, e de crescimento, especialmente na população menos assistida que sonha com o bem-estar de suas famílias. Porém a preocupação maior do Estado num mesmo contexto é preparar mão-de-obra para trabalhar tanto nas indústrias quanto na agricultura, isso foi o que ocorreu no início do período republicano.

No início do século XX compreende-se que houve grande escassez de trabalhadores para a agricultura que culminou numa iniciativa do governo em fundar colônias agrícolas. Contudo as mesmas não tinham fim exclusivamente produtivo, mas era uma forma de recolher crianças para trabalharem como “aprendizes”, contudo essa estratégia do governo não funcionou culminando um verdadeiro trabalho escravo infantil.

Compreende-se que com estas políticas o governo pretendia na verdade era manter um controle populacional de gente desse nível, ou seja, fazer um enxugamento na cidade enviando estes indivíduos ao mercado de trabalho na condição de “aprendizes” mas na verdade lá não era desenvolvida nenhuma atividade que possibilitasse um aprendizado.

### **3.5 - O Trabalho Infantil e a Legislação brasileira, do Brasil Império aos Nossos Dias**

Sendo o trabalho infantil uma ação ilegal em nosso país, percebe-se ainda que a mesma vem sendo praticada tanto nas cidades quanto no campo. Isso porque a criança e o adolescente não tiveram o prazer de ter sua dignidade garantida, nem mesmo a legislação brasileira que cuida dos direitos da infância tem sido obedecida. Mesmo assim é importante observar algumas medidas tomadas a partir de 1825, ou seja, três anos após o grito de Independência do Brasil, Conforme Rizzini (2006): “As agências internacionais têm elaborado programas de eliminação do trabalho infantil baseado no princípio de que a criança é um ser em formação e que a infância é um período de preparo para a vida adulta” (pp.397).

É importante lembrar que somente no início do Brasil Império alguns indivíduos começaram a pensar na causa da infância trabalhadora como pode ser observada a seguir:

As preocupações das autoridades já eram presentes no sentido de proibir o trabalho infantil. No mesmo ano segundo Passeti (2006): “Denunciava-se o desrespeito, entre tantos outros, ao decreto nº 13.113, [...] que proibia o trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina” (p. 351). Contudo essa lei não estava sendo obedecida pelos próprios pais das crianças quanto menos pelos danos de fabricas.

Conforme Moura (2006): Em 1894, o Decreto Estadual nº 233 estabeleceu em 12 anos o limite de idade para a admissão aos “trabalhos comuns das fábricas e oficinas”, (p. 271). Contudo não se descartara a idéia de trabalho mais leve para crianças abaixo de 12 anos.

A mesma autora aponta ainda que: “Na década de 1910, a legislação vigente proibira o trabalho noturno aos menores de 18 anos de idade, medida contida no decreto nº 2141/1911 na Lei Estadual nº 1596/1917” (p.271), essa lei perdurou até o final da década de 10.

“Segundo Moura (2006): “Era determinada pelos Códigos Sanitários do Estado a jornada de trabalho”, limites que oscilaram de acordo com a idade do trabalhador: entre cinco horas diárias, para faixa etária de 12 a 15 anos” (p.271).

“Esse Código Sanitário foi relatado em 1917 quando prevaleceu.” Moura (2006) afirma ainda que: “A Lei Federal nº 1596/1917 e o Decreto Estadual. Nº 2918/1918 estabeleciam de fato, a idade de 12 anos como limite para a admissão de mão-de-obra menor

no setor secundário” (p.272,). Portanto vale bem dizer que essas leis de certa forma acabavam por beneficiar os patrões deixando brechas para se apropriarem da mão-de-obra infantil.

Ainda em 1917 segundo Passeti (2006) foi redigido o suplemento ao nº 45 da Guerra Social publicado no manifesto contra a exploração infantil. Veja:

É desta forma que a classe trabalhadora poderá imediatamente tratar de: a) conquistar a jornada de oito horas, abolirem o trabalho noturno e os extraordinários, aumentando a procura de braços e permitindo a ocupação dos operários agora atirados aos azares do desemprego; b) obter que o trabalho das mulheres tenha remuneração equivalente ao dos homens, deixando de fazer-lhes uma grande e ruidosa concorrência; c) conseguiu aumentar os salários hoje grandemente reduzidos e abolir os descontos para pagamentos de utensílios de trabalho e subscrições, assim como de multas; d) fazer com que os operários não sejam forçados a executar serviços excessivos e brutais e que os lugares de trabalhos ofereçam todas as necessárias conduções de segurança, higiene e conforto para evitar os acidentes e as moléstias hoje tão habituais; e) tornar efeito o direito de quando vítimas de acidentes ou de enfermidades adquiridas no trabalho, perceberem a remuneração devida até se restabelecerem completamente, ou uma indenização correspondente à mesma, em caso de ficarem impossibilitados para o exercício de seus misteres (p. 352,).

Nesse momento é importante destacar que, com base na redação acima, se compreende que as leis além de beneficiar patrões não garantiam nenhum direito trabalhista nem para o homem e nem para as mulheres.

Adelino de Pinho citado por Passeti (2006) assina um artigo no dia 19 de dezembro de 1922 que dizia o seguinte:

É conhecida a luta que as associações operárias têm sustentado para evitar que as crianças de ambos os sexos, menores de 14 anos, dêem entrada na fábrica, prestando-se a exploração desenfreada dos patrões que, na sua ânsia de ganho e de piratagem, só anseiam braços baratos, mão-de-obra a baixo preço, salários ínfimos. [...] Apesar de todas as advertências [...] crianças de todas as idades, desde os oito anos, continuam atulhando as fábricas de tecidos e outras [...] por ignorância, por egoísmo estreito e desapiadado dos próprios progenitores (p. 354).

Portanto, é bom saber que, mesmo sem ter o devido sucesso esperado, as lutas têm sinalizado alguns resultados, embora num futuro mais distante. O mesmo autor afirma que: “Logo depois, em 1927, aparece o Código de Menores regulamentando o trabalho infantil até que, com a Constituição de 1934, determinou-se a proibição ao trabalho dos menores de 14 anos sem permissão judicial” (p.354). Com isso percebem-se um avanço na lei com relação à criança e ao adolescente no sentido de eliminar o trabalho infantil.

A Constituição Federal de 1934 citados por Passetti (2006) instituiu a instrução pública como direito a todos, independentemente da condição socioeconômica. Assim dizia o artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcionadas a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (360).

Em 1937 já no Estado Novo, inspirada no fascismo italiano o autor acima afirma que o governo federal promulgou uma nova constituição, a qual dizia no seu artigo 129:

À infância e à juventude, a que faltarem recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da nação e dos estados e dos municípios as segurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (p. 360).

Com o fim da ditadura Vargas, foi elaborada uma nova constituição se dizendo democrática, que dizia no seu artigo 166 citado por Passetti (2006): “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (p. 360).

É sabido que a democracia brasileira foi abafada com o golpe militar de 31 de março de 1964, surgindo com isso à ditadura militar, nesse momento o governo federal promulga a nova constituição e segundo Passetti (2006) o artigo 168 que diz: “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no principio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana (p,361). Contudo vale destacar que durante o período regido pelas três constituições não houve tanto interesse pela educação, a exemplo disso é detectado grande numero de analfabetos nascidos entre 1934 e 1964.

Segundo Passetti (2006): É importante saber que: “Desde o Código de “Menores” de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (lei federal) nº 6697, de 10 de outubro de 1979” (pp.358), porém vale ressaltar que os dois códigos tinham características diferentes, ou seja, o primeiro dedicava-se à internação de crianças e jovens e a prática de correção de comportamento; já o segundo incentivo a educação interdisciplinar e à Lei Orgânica de Assistência Social, (LOAS).

Foi criado o conselho tutelar em “órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (idem, 2006, p, 366). Contudo percebe-se que a sociedade enquanto parceira na defesa dos direitos da criança e do adolescente precisa ser mais participativa nesse processo político e social.

Com a queda do regime militar foi promulgada a Constituição Federal / 1988, e consta no artigo 205:

A educação, é direito do todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (idem, 2006, p.361).

Porém destaca-se aqui o descumprimento desta lei enquanto se presencia muitas crianças ainda sem acesso a saúde, sem moradia ou morando em condições precárias, ou seja, sua dignidade praticamente destruída.

“Surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de Julho de 1990, pela lei nº 8069 que dispõe no artigo 2º”: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (p.11). Com isso é natural que a infância já conseguiu avançar com mais uma conquista, mesmo assim requer-se que através dessas iniciativas um estudo no sentido de investimento que possa aprimorar o atendimento dos menores seja feito por governantes.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil foi criado em 1994. É formado por departamento do governo, organizações multilaterais e as ONGs, que por sua vez cabe segundo Rizzini (2006): “aos membros do fórum definir quais os municípios que terão acesso ao programa bolsa-escola” (p. 395). Contudo para dar conta dessa problemática é necessárias a participação e mobilização das empresas e cooperativas de produção e sendo assim muitas já se empenharam nessa campanha.

Segundo a cartilha do PETI (1996): “Em 1996 foi lançado o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, destinando uma bolsa de R\$ 25,00 para cada criança que os pais enviassem à escola ao invés de conduzirem-nas ao trabalho” (S P).

Apesar de toda essa seqüência de leis, umas defendendo a criança e o adolescente do trabalho infantil, outras, proporcionando educação de qualidade para todos não se descarta a hipótese de que esses instrumentos vêm sendo aplicados de forma muito conservadora, tendo em vista que já a quase dois séculos de tentativas, porém os resultados ainda são poucos se for comparado com o grande número de crianças que ainda trabalham para sobreviver, enquanto isso ficam impedidas de estudar. Todavia acredita-se que se as medidas legislativas forem tomadas de forma mais compromissada e atuante por parte de nossos governantes e outras autoridades ainda teremos uma infância usufruindo de seus direitos, nesta sociedade, a qual faz parte.

### **3.6 - OS PROBLEMAS PRESENTES**

Apesar do governo já ter tomado algumas iniciativas visando conter o trabalho infantil, em 1995, era enorme o número de crianças e adolescentes no trabalho Rizzini, (2006) afirma que. “Muitos começam cedo na luta pela sobrevivência: são 522 mil crianças de cinco a nove anos trabalhando, a maioria na agricultura.” (p.380). A idéia de colocar a criança e o adolescente no trabalho infantil para sobreviver, além de ser crime, é injusto e pode ser considerado um desvio de objetivos que muitas vezes a crianças conduz no seu interior, no seu eu, e que acaba sendo barrado de desenvolver o seu subjetivo, um dos motivos é que segundo a autora (2006): “A longa jornada de trabalho é um dos fatores que os leva a desistir dos estudos” (p.381).

Percebe-se, ainda, grande a presença de criança e adolescentes fora da escola e sem nenhuma ocupação, não querendo dizer que elas deveriam trabalhar, o fato é que por serem pertencentes às famílias muito pobres não têm oportunidade para estudar, dessa forma, elas terão mais chances de entrar em situação de risco, insalubre e perigoso.

De acordo com Rizzini (2006):

As estatísticas comprovam que as crianças negras trabalham mais que as brancas. No entanto, após a maioridade há uma inversão: o mercado de trabalho absorve proporcionalmente mais branco, quando há uma maior exigência de escolaridade e qualificação. O preconceito racial é um fator importante na seleção dos candidatos aos melhores postos de trabalho (p. 386).

É preciso ressaltar que embora nossa sociedade pregue uma doutrina ante-racial é muito fácil observar nos trabalhadores infantis a grande diferenciação na cor da pele, a maioria é negra. Contudo essa divisão de trabalhadores infantis onde os números de crianças negras excedem ao das crianças brancas, pode ser caracterizada como mais uma forma discriminatória e de exclusão da criança e do adolescente negro.

### **3.7 - AÇÕES DO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL**

Nas últimas décadas tem se constatado os esforços por parte dos governos, organizações não governamentais, religiosas e outras, no sentido de erradicar o trabalho infantil. Para dar conta desse processo assistencial à criança e ao adolescente, percebem a necessidade de desenvolver uma política voltada a beneficiar as crianças, sem deixar de lado, o apoio às famílias, sobretudo às famílias de baixa renda.

O exemplo disso, Rizzini (2006), cita algumas políticas sociais desenvolvidas pelos governos nos últimos anos:

Em 1997 o governo brasileiro criou um programa para tirar crianças do trabalho em estados onde há maior exploração, como Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia. [...] o Programa Brasil Criança Cidadã, do Ministério da Previdência e assistência Social/Secretaria Nacional de Assistência Social concede uma bolsa de cinquenta reais mensais por criança retirada do trabalho e mantida na escola até os 14 anos, prevendo uma frequência mínima de 75% às aulas (p.392).

Contudo, a luta pela erradicação do trabalho infantil apesar de ainda lenta vem superando aos poucos a mão-de-obra infantil, mas não obstante, é necessário avançar mais quanto à implementação de projetos de geração de renda para atender as famílias carentes e pais desempregados. Rizzini (2006) também compreende que “somente será viável tirar as crianças da exploração se suas famílias tiverem uma fonte de renda”, (p. 394). É importante saber que muitos desses programas implantados no Brasil se devem às pressões impostas por outros países, sobretudo países norte-americanos. Uma das iniciativas mais importante abordada por Rizzini (2006) é que: “No contexto internacional, discute-se aplicar sanções econômicas aos países que utilizam o trabalho infantil, como por exemplo, proibir a importação de produto fabricada por crianças” (p.396,).

Lembrando que grande parte das iniciativas tomada pelo poder público em prol da erradicação do trabalho infantil tem sido desenvolvida na área urbana, enquanto que a área rural se encontra praticamente a descoberta com relação a programas de assistência à infância.

### **3.8 - UM OLHAR HUMANISTA**

As reflexões a cerca do trabalho infantil não tem se esgotado e se generaliza em todo território brasileiro, essa é a grande preocupação da maior parte da sociedade, quando se sabe que colocar a criança e o adolescente para trabalhar está tirando da idade delas o tempo de infância que deveria ter e em troca se tornar um pré-adulto, enquanto Muad (2006) afirma que: “Os atributos do adolescente eram o crescimento e a conquista da maturidade” (p. 140).

Esta idéia humanista do século XIX, ou seja, movimento literário da Renascença baseado no cultivo e na exaltação da cultura clássica Greco-romana trouxe para a mentalidade social uma clareza de que a criança tem sido portadora de uma grande lacuna na sua trajetória de vida e que tal não se recupera na vida adulta, e, como diz o provérbio popular, “quem planta vento colhe tempestade”, a criança quando não vive sua vida de infância, o futuro próximo será marcado por seqüelas indesejáveis no seu desenvolvimento intelectual.

A criança e o adolescente, sobretudo de família de baixa renda são as maiores vítimas do trabalho e da exploração. Tudo isso se deve ao fato de ter que alugar ou vender a baixo custo sua mão-de-obra ou exercer o papel de trabalhador oculto para auxiliar na renda familiar. Essa é a grande realidade na maior parte do país.

Portanto engajar na luta pelo resgate da cidadania da criança e do adolescente requer a colaboração por parte da sociedade civil e organizada no sentido de oferecer a elas um apoio no meio social, assim estará construindo para elas uma relação proximal mais justa para a igualdade social, que na verdade muitas ainda não tiveram o privilégio de participar com dignidade de sua cidadania, continuando ainda no trabalho e em situação de risco.

Trabalhar enquanto é criança ou adolescente tem sido uma prática bastante generalizada em algumas regiões do nosso país. Grande exemplo disso está na região nordeste que a meu ver é uma das regiões do Brasil que representa o berço da exploração infantil no trabalho do campo. É uma herança recebida dos antepassados que se dedicaram a atividades canavieiras, atualmente diversificadas em outras atividades agrícolas o que consiste na vida

trágica da criança e do adolescente onde suas mãos são alugadas para produzir riquezas para seus patrões.

O trabalho infantil nem sempre se faz presente de modo a ser percebido pelos olhos de quem o vê<sup>8</sup>. Pode estar oculto no cotidiano das atividades do pai ou da mãe, todavia se revestirá num trabalho à parte, ou seja, paralelo permitindo que os pais tenham nos seus labores melhor rendimento na sua produtividade do dia-a-dia.

Seja como for, o trabalho infantil é ilegal e não deve ser considerado como uma forma alternativa para complementar a renda familiar. No entanto essa prática inaceitável vem sendo até hoje desenvolvida em vários estados do Brasil em regiões sisaleira, onde é adicionado o plantio, a colheita e a industrialização das folhas, atividade muito perigosa na vida das crianças. Segundo Rizzini (2006):

São trinta mil crianças de 3 (três) a 14 (quatorze) anos trabalhando nas primitivas lavouras e indústrias do sisal no sertão baiano, junto com suas famílias. O trabalho começa na plantação e colheita das folhas, que são cortantes. A moagem das folhas é feita em máquinas obsoletas, e responsáveis por uma legião de adolescentes e adultos mutilados (p 400).

Como exemplo, cito o Estado da Bahia que é o maior produtor de sisal, representando 86% da produção brasileira. Em contrapartida é gritante e inacreditável, o número de crianças longe dos bancos escolares, na região sisaleira desse estado, e, sentem, na verdade, a obrigação ou a necessidade de trabalhar. Rizzini (2006) cita que:

Velúcio, 12 anos, começou a trabalhar aos quatro anos de idade. Ele e a irmã Velúcia, 13 anos, ganham um real por dia na lavoura do sisal. “Prefiro não trabalhar, mas minha família é muito pobre”, justifica. A escola fica em segundo plano: “Enquanto tiver fibra de sisal para esticar, o patrão não deixa a gente ir á escola” (p 400).

Percebe-se através da citação que as condições econômicas influenciam bastante no cotidiano destas crianças, que por mais que sentem a necessidade de estudar não podem, haja vista terem que trabalhar para ajudar na renda mensal da família. Agora, veremos um exemplo falando sobre o Estado de Sergipe. Alguns fatores relacionados ao trabalho infantil têm causado sérios problemas de saúde nas crianças trabalhadoras, talvez alguns podem ser

---

<sup>8</sup> Quem o vê não é capaz de caracterizar o trabalho oculto como trabalho infantil, por ser um trabalho paralelo praticado em ajuda aos pais ou responsáveis.

irrecuperáveis. Segundo Rizzini (2006): “[...] José, de 12 anos, trabalha desde os cinco na colheita da laranja. Como consequência da ação do ácido cítrico, perdeu as impressões digitais. Apresenta problemas de desenvolvimentos e sofre dores na coluna e na cabeça” (p 400).

A situação é também agravante no Estado do Pernambuco quando é feito revezamento de trabalho, ou seja, quando há queda no setor açucareiro na zona da mata crianças e adolescentes são trazidas dos canaviais para trabalharem na agricultura irrigada. No campo da educação o aprendizado fica sempre no segundo plano. De acordo com Rizzini (2006):

“Segundo estimativa da Delegacia do Ministério do Trabalho, são pelo menos três mil crianças de até 14 anos trabalhando, ajudando seus pais na obtenção de ganhos em produtividade, o que rende menos de um salário – mínimo”. A escolaridade perde: o índice de repetência no estado chega a 71% (p 400).

Em se tratando de outras regiões brasileiras falaremos agora do Estado do Rio Grande do Sul que é referência mundial na produção do fumo, com isso as crianças são forçadas a faltarem às aulas para garantir parte da produção do em companhia dos pais.

Vale lembrar que em São Paulo o trabalho infantil também ganha aliado que são os pais que levam os filhos para as fábricas de vidro, longe de qualquer fiscalização. É difícil imaginar o perigo de vida que inúmeras crianças enfrentam trabalhando em fornos com altíssima temperatura que chega até 1500° e ruído de 195 decibéis. Para Rizzini (2006), “As fábricas preferem contratar meninos, pois estes se adaptam melhor ao vidro, “que é um material cheio de segredos e seduz a gente como uma namorada”, testemunha o secretário<sup>10\*</sup>, que entrou na profissão aos 15 anos de idade” (p 402).

É lamentável a situação da infância carente em todas as partes do Brasil quando se percebe que seus direitos são negados, se trata dos direitos a educação porque o tempo que deveria ser destinado para estudar, a criança é enviada para o trabalho. O exemplo disso está a marcante jornada de trabalho infantil nas olarias de Serra Talhada em Pernambuco. Só para ter uma idéia Rizzini (2006) cita que:

[...] cada menino produz, em média, seiscentos tijolos por dia, recebendo dez reais por milheiro produzido a cada dois dias. “Aqui dá mais que o correto na feira e a gente vai aprendendo alguma coisa. Na escola a gente vai também, mas é difícil demais e o cansaço é grande”, conta um dos meninos (p 402).

10 \* Secretário do Sindicato dos Vidreiros, em Del Priore, p.402.

Outras atividades perigosas são realizadas por crianças ainda em Pernambuco como, quebrar pedra, trabalho este que deveria ser executado por máquina apropriada e não por mãos de crianças.

A autora cita que (2006): “Paulo, de dez anos, quebra três latas de pedregulho por dia, o que lhe dá um ganho de R\$ 1,80” (p 402).

Para as famílias inseridas neste tipo de trabalho existe certa preocupação. Para elas o convívio das filhas sempre ao seu lado, embora esteja trabalhando em ajuda à família, significa segurança e assim estará fora de alguns imprevistos. De acordo com Rizzini (2006): “Pelo menos aqui elas estão do lado da gente e não ficam metidas em besteiras. Esta região é muito perigosa para as meninas, diz o irmão de uma delas” (PP 402 – 403).

Esta mesma prática de quebrar pedras se dá na Bahia e parte desse trabalho é realizada por quase mil crianças sendo importante ressaltar que a autora afirma (2006 “os trabalhadores não recebem dinheiro – ganham vales que são trocados por alimentos nos supermercados, sendo válidos apenas para a compra de arroz, feijão, farinha e ovo. Mil paralelepípedos rendem R\$ 25,00 em alimentos” (403).

Muitas crianças e adolescentes tem sonhos que desejam realizar num futuro próximo ou longo, mas por si só não consegue, espera por uma oportunidade para atingir o seu objetivo, mas quando é pobre ou negra é frustrada logo cedo. Em determinada situação as autoridades estaduais e municipais têm um pouco de culpa porque se coloca omissos para reverter o quadro. Falta a consciência de que a criança tem que ter o eu registro de nascimento para ter os eu lugar na escola, só assim estará garantindo sua cidadania, para não acontecer como dois meninos do estado de Roraima que segundo Rizzini (2006):

No garimpo de cassiterita, em Roraima, Maicon, dez anos e Joelson, 13 anos, tiveram que abandonar a escola por não terem certidão de nascimento. Por este mesmo motivo, não vão receber a bolsa-escola, cujo pagamento se iniciará em breve. “Eu queria aprender a ler para ver as placas e sair daqui”, diz Joelson (p 403).

A luta pela sobrevivência e a escola são dois elementos que tem sido páginas na história de vida da criança e do adolescente o primeiro é quem ganha no jogo. Lutar pela sobrevivência é a razão e parece ser a única opção e não a escola, esta, por enquanto, fica em segundo plano. O resultado será o pior. Será um jovem longe das boas oportunidades que a

autora coloca (2006) “o estudo tem pouco valor frente à necessidade de sobrevivência” (p 403).

Garantir a permanência da criança na escola é um desafio nosso, lutar por políticas sócio-financeira que venha oferecer um padrão de vida com mais qualidade para famílias mais carentes. De acordo com Rizzini (2006): “A criança que não estuda não tem alternativa: ela irá perpetuar a sua condição de miséria, tornando-se um adulto mal remunerado por falta de qualificação profissional” (p 404)

Para que haja uma transformação no que diz respeito ao trabalho infantil, trabalho este que é imposto à criança e ao adolescente e, para que este cenário seja realmente mudado é necessário que haja a praxi, digo, ação, reflexão e ação por parte da sociedade empenhada na transformação deste cenário.

### **3.9 - UMA EDUCAÇÃO DIVIDIDA**

Há séculos a educação, no meio rural brasileiro, vem sendo introduzida de maneira bastante desestimuladora para o desenvolvimento do ensino aprendizagem da criança. Fica claro que a forma como a educação é pensada no campo sinaliza uma decadência muito elevada. A metodologia aplicada até no momento não tem favorecido a formação da criança como um sujeito social.

Olhando o outro lado da moeda a realidade educacional é bem diferenciada. A diferença marcada por uma minoria da equipe econômica recebendo educação de qualidade. Para Dourado: (2006), “as camadas populares, sobretudo no que se refere aos filhos dos trabalhadores rurais, não foram alvo de um projeto de educação consistente de âmbito nacional e, contavam com a filantropia de alguns latifundiários que construíam escolas em seus engenhos e fazendas” (p 411).

Percebe-se que a educação, tanto no campo como na zona urbana, não tem sido um instrumento facilitador de uma aprendizagem para muitas crianças e adolescentes que ainda trabalham porque as oportunidades para freqüentar uma escola são mínimas. Mas, acredita-se, que essa aprendizagem ainda é possível. Para isso é necessário pensar nas condições espaciais e as condições que são oferecidas aos alunos, principalmente os da zona rural, que têm que se locomover de um lugar para outro, ou seja, de casa para a escola e nas condições de vida das

famílias dessas crianças procurando solucionar, ou pelo menos amenizar as condições de vida em que se encontram algumas famílias. Em 1990, graças à participação por parte da sociedade organizada e autoridades, o Brasil teve um avanço significativo com relação à defesa dos direitos da infância e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) este veio oferecendo proteção e garantia de resgate da cidadania. Porém, em 1995 constatou-se no Brasil cerca de 8 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando, dentre elas 522 mil crianças contavam apenas com 5 a 9 anos de idade, trazendo à tona o que a autora Rizzini (2006) considera um número muito alto de crianças e adolescentes fora da escola. Segundo a cartilha do PETE (2004), um dos seus objetivos é: “Fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimento da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, a jornada ampliada” (p.3).

Uma educação pensada e planejada para estes pequenos sujeitos, inseridos no PETE, respeitando o espaço e o tempo, viabiliza condições adequadas que favoreçam um melhor desempenho no desenvolvimento da aprendizagem. A realidade do aluno é um fator que também merece atenção. O campo de trabalho em que os adolescentes estão inseridos, em vez de frente de trabalho infantil, se converterá em fontes de enriquecimento e ampliação do conhecimento.

### **3.10- FALANDO DE POLITICAS PÚBLICAS**

Para falar de políticas pública no Brasil não podemos descartar a idéia de que se trata de um tema com múltiplos seguimentos e isso se deve ao fato das diferentes situações regionais, socioeconômica, política e cultural, contribuindo para a desigualdade e exclusão Para Abad (2003):

“A política, de um determinado ponto de vista, consiste justamente na atividade pela qual essa mesma sociedade reflexiona e questiona a validade de suas instituições, junto com suas normas e comportamentos. [...] é fruto [...] da capacitação dos setores subordinados, os quais, reconhecendo o seu alinhamento, se apoderam dessa capacidade para mudar seu destino, transformando o seu antagonismo básico em mobilização social” (P. 14)

Não é por acaso que grupos de juventude organizados vêm se mobilizando nas últimas décadas para ter o seu lugar reservado na sociedade. Em caráter institucionalizado, os movimentos juvenis surgem e procura, descentralizar a política pública do estado articulado para ter participação e engajamento nas ações e problemas do interesse juvenil. Segundo Bobbio, citado por Abad (2003).

Para que existe política pública como tal, faz-se necessário, que uma situação determinada requeira solução por meio dos instrumentos de ação política, ou seja, da ação que tem como finalidade a formação de decisões coletivas que, uma vez tomadas, se convertam em vinculadoras de toda a coletividade (p. 15).

Assim acredita-se que política pública na formalidade apontada pelo autor, poderá abrir novos horizontes voltados para igualdade social de direito e sem exclusão social. Dessa forma, governo e sociedade, como um todo, se constituirão para que juntos possam lutar em defesa dos mesmos objetivos, na defesa da erradicação do trabalho infantil assegurando às crianças e adolescentes seus direitos e a inclusão social com igualdade e dignidade para que haja de verdade, “justiça social.” Segundo Rua Citada por Leon (2003),

Conjuntos de decisões e ações destinadas a resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressa relações de poder esse destina à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos (p. 78)

Na verdade, a exclusão social é um dos fatores geradores de conflitos sociais entre o poder público e juventude organizada ou mesmo não organizada que se sentem periféricos e vão à luta para reivindicar os seus direitos de cidadania. Esses conflitos contribuem para a legitimação de um problema social.

Portanto vale lembrar que uma mobilização de caráter social entre outros seguimentos da sociedade irá contribuir na transformação desse problema em política pública social da juventude.

Assim, como o grande território nacional apresenta características regionais bem diferenciadas física e humanas, as políticas públicas sociais desenvolvidas pelo governo federal, bem como as distribuições de renda, deveriam ser conduzidas em caráter equilibrado, objetivando garantir a todos a construção de uma cidadania ampla e consolidada. Neste sentido, não vai ficar de fora uma juventude que mais almeja dignidade justa e humana sem exclusão social. Segundo Abad (2003):

Idealmente, as políticas sociais têm como encargo básico [...] proporcionar, num sistema desigual de distribuição da riqueza produzida pela sociedade, as condições mínimas para tornar efetiva a igualdade de direitos reconhecida legalmente, operando mediante a identificação das medidas de discriminação positiva e dos mecanismos de subsidiariedade, referência e redistribuição da renda, compulsando a relação entre ética pública e moral individual, isto é, entre o Estado de Direito, a Democracia e os direitos humanos com a sensibilidade e a solidariedade social. A finalidade definitiva das políticas sociais se aceita como válida a afirmação anterior,

é a de apoiar a expansão da cidadania, removendo os obstáculos práticos ao seu pleno exercício (pp.17e18).

Essas faculdades sociais que canalizam ações públicas sociais para uma cidadania justa e solidária, em determinados aspectos, são mutáveis dependendo do espaço e do tempo em determinadas circunstâncias em que se encontram os fatos sociais.

Por isso a rigidez no processo político-administrativo numa sociedade que busca igualdade solidária para todos, vai ao mínimo interromper a harmonia dos grupos sociais, de certa forma, quem perde é a juventude que luta pela inclusão no meio social organizado. O capítulo IV aborda sobre trabalho e a escola e mostra também as tabelas de entrevista de alguns participantes do programa, resultado da pesquisa e conclusão.

## **CAPÍTULO IV - TRABALHO E ESCOLA**

### **4.1- Como Trabalhar e Estudar?**

Vale ressaltar que por algumas vezes o Brasil foi criticado por caracterizar-se um dos países de mais baixo nível de escolaridade. Esse baixo índice de escolaridade, de modo geral tem causado preocupação para a sociedade. Vale lembrar que a juventude pobre brasileira vive um antagonismo muito forte com relação a estudar e trabalhar.

Segundo Novaes (2003): “De cada dez jovens, sete estão no mercado de trabalho. Eles não precisariam estar ali se existisse um processo de transferência de renda que garantisse as condições para estudar” (P. 136)

Fatos como estes também precisam ser avaliados com mais precisão e habilidade. Lembrando que a desigualdade social e o preconceito criam um extremo entre ricos, pobres, brancos e negros etc. esses fatores são as piores barreiras já enfrentadas por jovens dessas categorias. Porém, pouco valem para uma juventude que tem de compartilhar seu tempo com a escola e o trabalho. Neste sentido é importante oferecer condições mínimas que assegure a permanência desse jovem na escola, possibilitando a inclusão dos mesmos no processo educacional. Para Novaes (2003):

[...], seria importante que os projetos criassem um elenco de possibilidades que pudesse contemplar diferentes situações vivenciadas pelos jovens. Seria necessário distinguir o estudante que trabalha do trabalhador que estuda, e do jovem que se insere no mundo do trabalho para viver a “condição juvenil” (p. 137).

Garantir a cidadania da nossa juventude é um desafio que deve ser encarado não só por si próprio mas, também, com o apoio de toda sociedade organizada. Essas parcerias são quem vão medir força para que seja agendada junto ao Governo Federal uma política pública da juventude que possa lhe assegurar um futuro melhor e mais seguro.

É evidente que a preocupação maior no início do séc. XXI é a falta de segurança. Mas que segurança é essa? É segurança no trânsito? É segurança de policiais contra a violência? Em parte pode ser, e é fundamental que tenhamos segurança em todos os sentidos no nosso cotidiano. Para Novaes (2003):

São vários medos nessa área: medo de não estudar e não conseguir emprego, medo de conseguir emprego e depois perder, medo de ficar desempregado. Outros são mais genéricos: o medo de virar mendigo, e ter uma casa e depois não ter mais, de ficar pior do que se está, e não colher frutos (p. 140).

Ultimamente a juventude vive o dilema da insegurança e teme que o seu futuro se transforme num fracasso. A ação educativa é fundamental junto com outros setores da conjuntura social e governamental para buscar alternativas que possa superar esses “medos” como disse Novaes. Assim sendo é possível que a incerteza para o mundo atual se torne num futuro, no mínimo próximo, das expectativas esperadas pela juventude. Novaes (2003) diz que:

O desafio de hoje é combinar mecanismos de transferência de renda, acesso à educação de qualidade, expedientes que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, capacitação e apoio para diversas novas ocupações de geração de renda e, ainda, atividades comunitárias que favoreçam a construção de laços identitários e afetivos (P. 141).

Vale ressaltar que em relação aos programas sociais já existentes, devem ser ampliados, no sentido de abranger a classe juvenil, a qual eles dependem, não em caráter assistencialista, mas de cunho transformador, objetivando a formação de cidadãos e cidadãs críticos e atuantes, capazes de participarem dos problemas da comunidade e da sociedade dentro do contexto em que estão inseridos.

Apresentamos a seguir as tabelas referentes às categorias entrevistadas:

**TABELA 1. Relação das Categorias entrevistadas que fazem parte do PETI**

Relação das categorias entrevistados	Quant.	%
Alunos	15	37,5
Pais/Mães/Responsáveis	15	37,5
Professores	3	7,5
Conselheiros Tutelares	3	7,5
Comunidade	4	10
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de campo/2006

Da Categoria pai/mãe/responsável, o grupo mais entrevistado foi as mães representando um número de 12, equivalente a 80% da categoria, isso se deve ao fato que primeiro são as mães que mais ficam em casa, enquanto que os pais vão para o trabalho. Segundo, é que, geralmente, são as mães que mais assumem a responsabilidade dos filhos em assuntos educacionais que, infelizmente o homem ainda não se tocou que é necessário a sua participação na partilha de responsabilidades. É importante observar que os alunos entrevistados apresentam uma faixa etária entre oito e quinze anos de idade, sendo que, estes ao completarem 15 anos, segundo a regra do programa já irão sair do PETI.

Segundo o Governo Federal (1996):

É um programa que envolve um conjunto de objetivos que visa a eliminação das piores formas de trabalho infantil, possibilitando às crianças e adolescentes de 7 a 14 anos a ampliação do universo cultural e o desenvolvimento e potencialidade com vistas à melhoria do desempenho escolar e inserção no circuito de bens, serviços e riquezas sociais (P.4)

Sendo assim alguns adolescentes vão para o Agente Jovem, enquanto outros não vão ter a mesma oportunidade. Vale lembrar que a maioria dos alunos entrevistados vive com pai e mãe conforme pode ser visto na Tabela 2.

**TABELA 2. Convivência dos alunos do PETI em relação ao grau de parentesco.**

Discriminação	Quant.	%
---------------	--------	---

Que moram com pai e mãe	8	53,36
Que moram só com a mãe	3	20
Que moram com avós	2	13,32
Que moram com mãe e tia	1	6,66
Que mora com a tia	1	6,66
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Observa-se através da Tabela 2 que embora a maioria dos alunos do Programa convivam com a família é preciso analisar que cerca de 20% convivem só com a mãe e que por si só gera um problema social, posto que neste aspecto a mãe precisa se desdobrar para suprir, garantir o sustento da família e manter os filhos na escola. Logo a seguir veremos a tabela de nº 3

**TABELA 3. Índice de satisfação dos alunos do PETI entrevistados**

Índice de satisfação	Quant.	%
Se sentem bem	100	15
Total	100	15

Fonte: pesquisa de campo/2006

Com todas as dificuldades que o programa possui observou-se que os 15 alunos entrevistados revelaram que se sentem bem no PETI, isso significa que apesar de algumas limitações como falta de recursos financeiros e equipamento pedagógico, por exemplo: TV, gravador, retro projetor etc. o programa vem dando bons resultados em Ourilândia do Norte.

Porém não é óbvio que se fique acomodado, é lícito que se vá em busca de um melhor aprimoramento no Programa, no entanto quem são os verdadeiros responsáveis para garantir essas melhorias são os gestores, gerenciadores do Programa.

Na tabela 4 você verá a tendência profissional dos alunos do PETI.

**TABELA 4. Relação das profissões desejadas pelos alunos quando sair do PETI.**

Relação das profissões	Quant.	%
Quer trabalhar numa oficina de bicicleta	1	6,60
Quer ir para o Agente Jovem	1	6,60
Quer fazer a faculdade	1	6,66
Quer ser professor	2	13,40
Quer fazer a faculdade e ter um trabalho	1	6,66
Vai estudar e servir o exército	2	13,32
Quer ser advogado	1	6,66
Querem ser cantora	2	13,32
Vai ser pintor	1	6,66
Quer fazer um curso de computação e trabalhar	1	6,66
Vai ser moto táxi	1	6,66
Quer ser dançarina	1	6,66
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de campo/2007

Ao serem questionados sobre os seus sonhos para o futuro quando sair do PETI, as respostas dadas por cada aluno revelaram uma grande variedade de tendência profissional na sua perspectiva de vida para o futuro. É evidente que cada ser humano tem uma vocação para exercer uma determinada atividade, porém, nem todos são contemplados com o que desejam ser, mas encaram desafios por uma única opção que talvez não satisfaça sua expectativa. Para o Governo Municipal de Ourilândia (2000):

Uma das dificuldades do projeto é a implantação de oficinas educativas e cursos profissionalizantes, pois hoje a demanda de egresso no PETI, retorna à exploração do trabalho infantil por não ter opção para o desenvolvimento de alguma atividade após passarem 2 ou 5 anos no programa [...] (p.3).

Por outro lado esta juventude escolherá o que o município lhe oferece, se a cidade não tem algo melhor como oferta de trabalho (emprego), ela optará pelo que é ofertado em primeira instância.

Como podem ser observadas, as diferenças entre as profissões são variadas. Percebe-se que uns têm sonhos bem modestos, outros, no entanto, desejam ser bem sucedidos.

Nota-se, também, que os que desejam estudar é um número consideravelmente grande, 46,6% dos 15 alunos entrevistados, o que deixa claro que para essas crianças a educação é um instrumento que ainda pode contribuir no seu crescimento na vida.

Perguntou-se aos 15 alunos do PETI, quem recebe o dinheiro do PETI no dia do pagamento, a informação é vista na tabela nº. 5.

**TABELA 5. Quem recebe o dinheiro no PETI.**

Quem recebe o dinheiro no PETI	Quant.	%
Alunos que disseram que é a avó	2	13,34
Alunos que disseram que é a mãe	11	73,33
Alunos que disseram que é a tia	2	13,33
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Como pode observar, embora a maioria dessas crianças conviva com a família, a mãe está mais presente na hora do recebimento do dinheiro.

Dos 15 alunos entrevistados 6 disseram que as famílias dão o dinheiro para eles, 2 disseram que recebem parte, mais ou menos a metade do dinheiro e outros disseram que o dinheiro é gasto nas necessidades imediatas da família. Conforme demonstra a tabela 6.

**TABELA 6. Utilização da bolsa dos alunos do PETI.**

Ficam com o dinheiro	6	40
A mãe compra as coisas para ele e para ela	1	6,66

A avó “comprou um guarda-roupa pra mim e agora está pago	1	6,66
A mãe paga as contas e que só pego um pouco do dinheiro	1	6,66
A mãe “compra roupa pra mim e calçado	1	6,66
A mãe compra roupa para eles	2	13,38
A tia está juntando o dinheiro “pra comprar minhas coisas	1	6,66
A mãe só dá um pouco do dinheiro	1	6,66
A mãe compra as coisas pra casa	1	6,66
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de campo/2006

Percebe-se que a família está presente tanto na aquisição do dinheiro quanto na maneira de consumir. Observa-se também que o dinheiro embora pouco contribui para realizar alguns sonhos como por exemplo o de possuir um guarda-roupa, e ainda para consumo de casa. Neste aspecto, percebe-se que há uma melhoria na qualidade de vida destas famílias após a sua inserção no PETI. Além do material escolar que na maioria das vezes é comprado apenas duas vezes por ano os recursos podem ser utilizados para outras necessidades básicas da família. No entanto não é justo gastar o dinheiro com as necessidades básicas da família, as que seja aplicado nas necessidades escolares do aluno.

Outra pergunta dirigida aos alunos foi referente a satisfação quanto ao dinheiro que recebem no PETI.

**TABELA 7, índice de Satisfação quanto ao dinheiro que recebem.**

Com relação ao pagamento	Quant.	%
Alunos que se sentem satisfeitos	15	100
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Por unanimidade disseram que estão satisfeitos pois são carentes e que portanto dependem desse dinheiro para sobreviver. As famílias são de baixo nível socioeconômico por isso necessitam desse complemento na renda familiar. Nota-se também que o valor recebido, ou seja, na situação em que se encontra, qualquer que seja o valor será recebido com satisfação. A tabela 8 mostra o estado civil dos responsáveis pelos alunos do PETI.

**TABELA 8. Estado Civil dos responsáveis pelos alunos do PETI.**

Estado civil dos componentes	Quant.	%
Mãe viúva	1	6,66
Mães casadas	6	40
Pai casado	1	6,66
Mães solteiras	5	33,36
Avó separada	1	6,66
Irmã solteira	1	6,66
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de campo/2006

Referindo-se às famílias dos alunos, que foram entrevistadas, é importante observar que há uma variação com relação ao estado civil dos indivíduos que compõem esta categoria, como foi visto na Tabela 8. E considerando esses dados, a pesquisa revelou um número muito alto, ou seja, 53,3 das entrevistas. Isso aponta que a maioria das crianças e adolescentes é criada sem o convívio ou sem o apoio do pai, o que pode gerar um sério transtorno na vida familiar, social e até mesmo na escolarização destas crianças.

**TABELA 9. Relação das ocupações das famílias dos alunos do PETI.**

Tipos de ocupação	Quant.	%
Do Lar (mães que não recebem renda)	6	40
Serviço braçal	1	6,67
Merendeira	1	6,67
Aposentada	1	6,67
Trabalha na firma	1	6,67
Servente escolar	2	13,33
Desempregada	1	6,67
Doméstica, lavadeira e faxineira	1	6,66
Lavadeira	1	6,66

Total	15	100
-------	----	-----

Fonte: Pesquisa de campo /2006

No que diz respeito às ocupações dos familiares pode se constatar que estes ocupam funções modestas. De acordo com o nível socioeconômico, fica claro que os mesmos fazem parte de uma condição social cuja renda é muito baixa e na maioria das vezes essa é a única renda familiar.

Olhando a tabela 9 cerca de 40% dos responsáveis não possuem ocupação que gera renda, o que significa dizer que embora o dinheiro que o aluno ganha no PETI seja pouco, de certa forma contribui para amenizar a nutrição destas famílias.

Outro aspecto abordado neste trabalho diz respeito à satisfação das famílias em relação ao PETI.

**TABELA 10. Grau de satisfação dos responsáveis pelos alunos deste programa.**

Índice de Satisfação	Quant.	%
Está bom o filho freqüentando o PETI	11	73,33
É muito importante o filho freqüentar o PETI	1	6,66
É enriquecedor o filho freqüentar o PETI	1	6,67
O filho está desenvolvendo muito bem	2	13,34
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006.

Neste aspecto pode-se constatar que todos revelaram satisfação com o ingresso do filho no programa e consideraram proveitoso e muito gratificante. Veremos a seguir a fala de algumas mães entrevistadas:

Eu acho muito bom, porque ta fora da rua, fora de ta fazendo malinação nas casas aléia e eu fico mais tranqüila. (MÃE B).

Acho enriquecedor, pois no momento em que estão lá eu sei que sendo bem tratados, em vez de estar fazendo algo que venha lhe prejudicar mais tarde, no PETI, eles encontram maneira melhores de ingressar na sociedade, eles têm palestras educacionais, horas de lazer, um atendimento que fazem com que eles se integrem melhor, além do reforço de aulas que muitos pais ou mãe como eu não tenho condições de bancar. (MÃE C).

Eu pra mim é bom [...] porque evita muita coisa, porque criança que frequenta o PETI, pela manhã ele está na escola, e a tarde as vezes é o horário de trabalho da gente que a maioria é responsável por elas, vai para o PETI e o tempo que ela ta no PETI, há agente ta na escola ta trabalhando mais ta despreocupada porque sabe que também esta praticamente protegida pode se dizer porque lá evita dela ir pra rua ta livre de um acidente [...] então pra mim é muito importante não só pelos quarenta reais que ela ganha, mas pelas aulas de reforço que ela tem de vários professores, isso ai é muito bom. (MÃE G).

“Acho bom porque já é uma ajuda muito boa, e o serviço que ele ta fazendo não fica na rua, sai da escola vai direto para o PETI”. (MÃE M).

“Há eu estou achando ótimo apesar de que ela começou agora mais ta sendo ótimo pra mim porque tira menos preocupação, o tempo que é dela ta nas casas brincando, ta lá eu sei que ta lá a hora que chegar vai pra o colégio” [...]. (MÃE N).

É importante observar quando a estatística mostra satisfação das familiares com o ingresso do filho no PETI. Neste aspecto compreende-se que embora o programa apresente algumas deficiências como mostra a falta de equipamento, ou melhor, instrumentos pedagógicos e atenção especial da Assistência Social se tornam do ponto de vista destas famílias ainda importante para os filhos, pois além de poder permanecer na escola tem um melhor desenvolvimento no aprendizado.

**TABELA 11. Importância de programa para mudança no perfil de comportamento.**

Mudança de perfil de comportamento	Quant.	%
Tirou da rua	5	33,33
Tirou da rua e do trabalho	2	13,34
Ajudou na educação e no comportamento	3	20
Estão aprendendo	4	26,67
Tem reforço na educação, na higiene e na religião	1	6,66
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Quanto ao perfil das crianças e adolescentes segundo a opinião dos entrevistados percebe-se que houve mudança positiva e isso já é um passo importante na vida deles. Esse aspecto pode ser observado na fala das famílias.

Eu vejo que muitas crianças que tinham problemas quer seja na forma de serem maus vistas na comunidade por serem crianças e adolescentes um pouco rebeldes, que não é o caso de todos, eles mudaram de comportamento sendo crianças mais educadas e que tem mais tempo para cuidar de si próprio e deixaram de ficar muito nas ruas. Muitas estão praticando esportes e isso é muito bom (MAE C).

As abordagens apresentadas pelos entrevistados mostram como houve mudanças no perfil das crianças e adolescentes em Ourilândia do Norte.

De acordo com os dados da tabela acima uma das principais importâncias do programa foi ter tirado parte das crianças da rua e do trabalho. Isso significa dizer que para amenizar essa situação basta investir em programas que seja capaz de mudar essa realidade.

A tabela 12 representa a fala dos responsáveis pelos alunos quanto ao pagamento que recebem no PETI.

**TABELA 12. Categoria Pais/Mães/Responsáveis**

O que a categoria diz quanto ao dinheiro do PETI	Quant.	%
Que dizem que o dinheiro contribui na renda familiar	14	93,34
Que disse que a filha ainda não recebeu porque só tem um mês no PETI.	1	6,66
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Com o ingresso da criança e do adolescente no PETI, a pesquisa revelou que houve uma contribuição significativa, não só pelo reforço escolar, etc., mas também, pelo dinheiro que eles recebem o tem ajudado na renda da família, 93,34% das famílias entrevistadas afirmam que o dinheiro recebido contribui no sustento da família. Na concepção da mãe C diz que:

Como a maioria dos pais que tem crianças no PETI são famílias de baixa renda, esse dinheiro tem ajudado muito, pois criar filho ou vários filhos sem uma renda compatível é o grande problema de nossa sociedade, pois vivemos num mundo capitalista, consumista, onde os filhos exigem muito dos pais e infelizmente nem sempre podemos oferecer a eles o bastante, apenas o básico e esse dinheiro que eles

recebem de certa forma contribui na renda familiar, não resolvendo tudo, mais no básico sim.

Percebe-se que a mãe possui um determinado senso critico e que leva a compreender perfeitamente que a má distribuição ocasionada pelo sistema capitalista dificulta a vida de muitas famílias carentes por não terem o necessário para suprir suas necessidades e dos filhos.

**TABELA 13.**

**Concepção de Professores, Conselheiros Tutelares e Comunidade em relação ao programa.**

Concepção de Professores, Conselheiros e Comunidades	Quant.	%
O PETI necessita ser mais divulgado na sociedade	1	10
O programa é uma forma de atender a criança e o adolescente que se encontra em situação de risco	2	20
O PETI é uma forma de tirar muitas crianças do trabalho infantil	3	30
O Programa é muito bom, mas precisa melhorar	3	30
O PETI anda a passos lentos e não atende todas as propostas da pauta de jornada ampliada	1	10
Total	10	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Para os professores, conselheiros e comunidades foram elaborados o questionário de entrevista com questões abertas para que os pudessem expôr suas idéias em relação ao Programa. Segundo eles, o PETI é visto como um instrumento que veio tirar muitas crianças da rua e do trabalho infantil, porém alguns colocam a necessidade de melhoramento no Programa, no sentido de aperfeiçoar mais o atendimento infato-juvenil. A seguir as falas dos professores, conselheiros foram transcritas com integridade respeitando inclusive a opinião dos mesmos. Para o professor B:

Eu vejo o Programa da Erradicação do Trabalho Infantil como uma coisa assim que a, idéia no papel é muito boa, que é de erradicar o trabalho das crianças inserindo elas num processo sócio-educativo na parte do reforço e na parte cultural mais [...] eu creio tenho certeza que existe muitas coisas ainda a serem melhoradas nesse programa eu vejo [...] que a idéia é muito boa mais que precisa ser aprimorada em alguns aspectos.

Na tabela 13 observa-se a opinião dos demais entrevistados onde 50% deles afirmam que o programa contribui para amenizar a vida de crianças que antes viviam na rua, sem nenhuma atividade ou trabalhando em situação de risco. Muitas destas crianças não trabalham por opção, mas por condição imposta. As atividades que as crianças desenvolvem os adultos têm constrangimento em fazê-las.

Assim, compreende-se que embora o Programa não atenda todas as necessidades e que ainda precisa ser melhorada, a maioria dos entrevistados vêem o com bons olhos necessitando apenas de ser ampliado.

**TABELA 14. Contribuições do PETI de acordo com os entrevistados na mesma categoria acima.**

As contribuições do PETI	Quant.	%
Tirou a criança da rua	2	20
Tirou a criança do trabalho precoce	4	40
Reforço na escola e no esporte	3	30
Tirou algumas crianças e adolescentes do trabalho, da situação de risco e melhorou no rendimento escolar.	1	10
Total	10	100

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Para os professores, Conselheiros Tutelares e pessoas da comunidade que compõem a categoria acima, acham que o PETI tem contribuído de forma significativa. Os dados desta Tabela e da Tabela 11 se contemplam, e que, portanto isso sinaliza que a estatística está comprovando que o programa realmente tem procurado atingir seus objetivos propostos.

**TABELA 15. Sugestões dos Professores Conselheiros e Comunidade em favor do PETI.**

As sugestões dos Profs. Conselheiros e Comunidade	Quant	%
O poder administrativo promover cursos profissionalizantes para os adolescentes	5	50%
Para haver mais brincadeiras	1	10%
Que as crianças que vão para o PETI sejam realmente as que estão em área de risco ou no trabalho infantil.	1	10%
Sugeriu o aumento de metas	1	10%
Para haver mais palestras	2	20%
Total	10	100%

Fonte: Pesquisa de Campo/2006

Ao ser solicitado a apresentar sugestões para melhoria do programa, o entrevistado "C" da Comunidade disse que:

Seria necessário que os recursos destinados ao mesmo fossem suficientes ou houvesse mais interesse da administração municipal em promover curso profissionalizante para que, ao sair do PETI, esses adolescentes pudessem ser inseridos no mercado de trabalho.

De acordo com os entrevistados desta categoria, 50% acham que o poder público deveria dar uma contra partida no sentido de profissionalizar os alunos do PETI para que os mesmos ao saírem do Programa estivessem prontos para conquistar o seu primeiro emprego com dignidade.

É aceitável a sugestão "C," da comunidade tendo em vista as perspectivas das crianças e adolescentes embora muito diversificadas como se pode ver na tabela 4, demonstram o desejo de serem cidadãos ou cidadãs úteis a sociedade em alguns aspectos. Isso significa que é possível e não é tarde para se mover alguma ação para melhorar e concretizar o sonho de uma juventude.

Como a pesquisa revelou com clareza e o próprio programa aponta, conforme foi citado acima, a necessidade da oferta de cursos profissionalizantes para os adolescentes que saem do PETI ao completar 15 anos, indo ou não para o Agente Jovem. Assim, será uma das

formas de ocupar a sua mente, e garantir efetivamente a permanência na escola e um convívio mais humano na sociedade.

O depoimento da comunidade na fala da entrevistada D é o seguinte:

Sugiro que o programa ofereça às crianças um preparo para o futuro [...]. Se a criança e o adolescente são amparados pelo programa está tudo bem, pelo menos em alguns aspectos, mas se ele sair do PETI sem saber fazer nada a não ser ir para a escola e ganhar um pouco de dinheiro sem muito esforço, ele irá procurar profissionalmente, conseqüentemente irá praticar algum habito indigente. Portanto é necessário que o programa lhe insira em suas atividades alguma arte que futuramente venha compensar o tempo que a criança e o adolescente investiram no programa, ou seja, já pode ir gradativamente inserindo no planejamento das atividades alguns cursos básicos profissionalizantes.

Estes são os dados e os resultados obtidos nesta pesquisa, onde as categorias entrevistadas expuseram, através de seus pontos de vistas, as contribuições oferecidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI e as necessidades de investimentos para melhor ambiente que os alunos ocupam. Enfim, falta mais apoio das autoridades do município.

## **CAPÍTULO V - Resultados e Análise da Pesquisa**

A pesquisa aponta uma tendência grande para o lado profissional e para o mercado de trabalho. É justo até porque no mundo globalizado e dominado pelo sistema capitalista em que vivemos, onde o mercado de trabalho exige mão-de-obra qualificada e capacitada, o jovem precisa estar preparado para enfrentar esses desafios. No entanto é óbvio que preocupemos exclusivamente com o preparo do jovem para o mercado do trabalho para não correremos o risco de nos tornarmos objetos ou ferramenta de trabalho.

Para Frigoto (1986), citado por Bianchetti (2001), “a educação é o principal capital humano enquanto produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro” (p. 28).

Trabalhar a personalidade humana também é uma necessidade e descobrindo as aptidões da juventude seremos capazes de aos poucos transformá-los em cidadãos dignos de seus valores morais, capazes de desafiar os impactos que lhes são propostos pelo modelo vigente.

Essa pesquisa foi realizada tendo como data base o ano de 2006. Foram apontados alguns pontos importantes os quais mostram uma relação bem próxima da realidade das crianças e adolescentes em Ourilândia do Norte, tem como marco importante as condições socioeconômicas das famílias dificultando-as a oferecer uma educação que é de direito.

Quanto as contribuições do PETI em relação ao desempenho dos alunos em sala de aula se comparar com a rotina do funcionamento de eventos no cotidiano do estabelecimento no qual é instalado o programa e que para isso não deixa de ser obstáculo, o Programa no município vem tenta desempenhar um trabalho que possa ajudar no aprendizado dos alunos.

Em virtude disso, veja a tabela 1, que mostra as notas de uma aluna que ingressou no PETI na 1ª série..

**TABELA 1**

A aluna I ingressou no PETI em 2001 cursando a 1ª série

Ano	Série	Disciplina	Média anual
2001	1ª	Português	85
2001	1ª	Matemática	86
2002	2ª	Português	71
2002	2ª	Matemática	77
2003	3ª	Português	72
2003	3ª	Matemática	50
2004	4ª	Português	61
2004	4ª	Matemática	60
2005	5ª	Português	77
2005	5ª	Matemática	75

A aluna I concluiu a 1ª série com muito sucesso, ao contrario do que aconteceu da 2ª até a 4ª série que houve uma regressão altamente preocupante, houve um índice de aprovação sucessivamente baixa, mas conseguiu progredir na 5ª série e teve uma boa aprovação com muito sucesso em relação às notas da 4ª série.

Outro ponto interessante é que esta aluna a partir da 3ª série e de acordo com a tabela acima houve uma progressão significativa em matemática, vindo a se destacar mais em português.

**TABELA 2**

O aluno II ingressou no PETI em 2000 cursando a 2ª série.

	Série	Disciplina	Média anual
2000	2ª	Português	60
2000	2ª	Matemática	58
2001	3ª	Português	57
2001	3ª	Matemática	53
2002	4ª	Português	56
2002	4ª	Matemática	71
2003	5ª	Português	58
2003	5ª	Redação	71
2003	5ª	Matemática	26
2004	6ª	Português	53
2004	6ª	Redação	66
2004	6ª	Matemática	50
2005	7ª	Português	41
2005	7ª	Redação	66
2005	7ª	Matemática	76

Esta aluna, segundo a tabela 2, em nível de média houve o que se prefere chamar uma estabilidade quantitativa. Conseguiu aprovação nas 2ª, 3ª e 4ª séries embora com médias muito baixas. Na quinta série foi promovida com dependência em matemática, na 6ª regrediu mais ainda com relação às séries anteriores, mas conseguiu ser aprovada e, finalmente, na 7ª série, houve uma pequena progressão em redação e matemática, mas foi promovida com dependência em português.

**TABELA 3**

A aluna III ingressada no PETI em 2004 cursando a 5ª Série

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2004	5ª	Português	50
2004	5ª	Redação	55
2004	5ª	Matemática	38
2005	6ª	Português	57
2005	6ª	Redação	78
2005	6ª	Matemática	52

Quanto a esta aluna, apesar dos reforços em Português e Matemática recebido no PETI, os resultados no final do ano não foram tão satisfatórios conforme se esperava, foi promovida com dependência em Matemática na 5ª série. Mas na 6ª Série houve um pequeno avanço, sendo aprovada sem dependência. Também, a partir do momento em que esta aluna passou a frequentar as aulas do PETI houve melhorias no rendimento escolar, nos anos subsequentes.

**TABELA 4**

A aluna IV foi ingressada no PETI em 2002 cursando a 1ª Série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2002	1ª	Português	63
2002	1ª	Matemática	53
2003	2ª	Português	65
2003	2ª	Matemática	68
2004	3ª	Português	52
2004	3ª	Matemática	57
2005	4ª	Português	57

2005	4 <sup>a</sup>	Matemática	62
------	----------------	------------	----

A aluna IV no decorrer dos seus estudos da 1<sup>a</sup> até a 4<sup>a</sup> série houve aprovação com médias consideravelmente estáveis, mas com níveis baixos. Teve melhor sucesso na 2<sup>a</sup> série, houve progressão da 1<sup>a</sup> para a 2<sup>a</sup> série em português. Da 3<sup>a</sup> para 4<sup>a</sup> também em português e matemática e uma regressão da 1<sup>a</sup> para 2<sup>a</sup> série.

### TABELA 5

A aluna V, ingressou no PETI em 2002 cursando a 1<sup>a</sup> série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2002	1 <sup>a</sup>	Português	87
2002	1 <sup>a</sup>	Matemática	88
2003	2 <sup>a</sup>	Português	82
2003	2 <sup>a</sup>	Matemática	74
2004	3 <sup>a</sup>	Português	67
2004	3 <sup>a</sup>	Matemática	66
2005	4 <sup>a</sup>	Português	67
2005	4 <sup>a</sup>	Matemática	66

A aluna V fez a 1<sup>a</sup> série com bastante sucesso como se pode vê na tabela 5, mas houve uma regressão gradativamente nas séries subseqüentes. Porém não foi reprovada na primeira etapa do Ensino Fundamental.

### TABELA 6

O aluno VI foi incluso no PETI em 2004 cursando a 2<sup>a</sup> série

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2004	2 <sup>a</sup>	Português	67
2004	2 <sup>a</sup>	Matemática	63
2005	3 <sup>a</sup>	Português	71
2005	3 <sup>a</sup>	Matemática	71

De acordo com a tabela acima aponta que o aluno desenvolveu progressivamente na 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> série obtendo boa aprovação. Os números apontam que o aluno após participar da aulas de reforços no PETI, avançou bastante no que se refere ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem melhorando seu rendimento escolar.

### TABELA 7

A aluna VII foi incluída no PETI em 2002 cursando a 1<sup>a</sup> série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2002	1 <sup>a</sup>	Português	84
2002	1 <sup>a</sup>	Matemática	86
2003	2 <sup>a</sup>	Português	79
2003	2 <sup>a</sup>	Matemática	80
2004	3 <sup>a</sup>	Português	63
2004	3 <sup>a</sup>	Matemática	61
2005	4 <sup>a</sup>	Português	72
2005	4 <sup>a</sup>	Matemática	72

A aluna acima fez a 1ª série se destacando muito bem, assim como Ana 2ª série que também avançou muito e apesar de ter sido aprovada com uma ligeira regressão na 3ª série, voltou a ter uma boa progressão na 4ª série.

**TABELA 8** A aluna VIII foi incluída no PETI em 2004 cursando a 3ª série

A aluna citada acima teve uma aprovação com nível relativamente baixo em português no primeiro ano de inclusão no programa, porém no ano seguinte já na 2ª série houve uma progressão satisfatória na aprovação do final do ano, segundo mostra a tabela nº 8. Chegando a se destacar mais em matemática.

Vale lembrar que os números aqui mencionados ainda podem ser melhorados nas séries posteriores.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2004	1ª	Português	58
2004	1ª	Matemática	72
2005	2ª	Português	71
2005	2ª	Matemática	75

**TABELA 9**

O aluno IX foi ingressado no PETI em 2004 cursando a 1ª série

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2004	3ª	Português	57
2004	3ª	Matemática	55
2005	4ª	Português	70
2005	4ª	Matemática	72

De acordo com a tabela 9 o aluno acima no primeiro ano de PETI, não se saiu tão mal com os estudos no colégio onde estuda, chegando ter um avanço significativo 2ª série com uma boa aprovação.

Os números, de acordo com a tabela acima, apontam que o aluno melhorou no aprendizado após ter sido inserido no PETI

**TABELA 10**

O aluno X foi ingressado no PETI em 2003 cursando a 1ª série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2003	1ª	Português	55
2003	1ª	Matemática	52

2004	2 <sup>a</sup>	Português	62
2004	2 <sup>a</sup>	Matemática	70
2005	3 <sup>a</sup>	Português	64
2005	3 <sup>a</sup>	Matemática	71

O aluno citado acima pelo que demonstra na Tabela 10 houve um bom desenvolvimento no seu aprendizado. As notas anuais mesmo sendo quantitativas mostram que este aluno teve avanço e com progressão. Se identificou mais em matemática a expectativa desse aluno é de crescimento no aprendizado na série seguinte.

**TABELA 11**

A aluna XI foi ingressada no PETI em 2001 cursando a 1<sup>a</sup> série

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2001	1 <sup>a</sup>	Português	56
2001	1 <sup>a</sup>	Matemática	65
2002	2 <sup>a</sup>	Português	75
2002	2 <sup>a</sup>	Matemática	63
2003	3 <sup>a</sup>	Português	65
2003	3 <sup>a</sup>	Matemática	50
2004	4 <sup>a</sup>	Português	66
2004	4 <sup>a</sup>	Matemática	61

Segundo os dados da Tabela 11, a aluna conseguiu ser promovida com certa progressão, mas em 2003 não foi aprovada na 3ª série, com isso teve que repetir em 2004 e conseguiu ser promovida para a 4ª série. Em 2005 concluiu a 4ª série com vantagens de pontos com relações à série anterior. Em português ela ainda chegou a se destacar melhor.

**TABELA 12**

O aluno XII começou a freqüentar o PETI em 2004 cursando a 1ª série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2004	1ª	Português	66
2004	1ª	Matemática	83
2005	2ª	Português	85
2005	2ª	Matemática	71

O aluno XII como pode ser visto na Tabela 12, conseguiu uma boa aprovação no final de ano, as notas mostram que não deixou de ter avanço na aprendizagem. Após a sua inclusão no programa se desenvolveu muito bem nas duas séries. Com certeza não terá dificuldades na séries seguintes.

**TABELA 13**

O aluno XIII incluído no PETI em 2005 cursando a 3ª série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2004	3ª	Português	56
2004	3ª	Matemática	58

Este aluno que aqui se refere por ser o primeiro ano de freqüência no Programa ainda não tem uma visão do seu desenvolvimento. As notas de aprovação foram baixas, mas ainda não significa fracasso no seu aprendizado.

**TABELA 14**

O aluno XIV ingressou no PETI em 2000 cursando a 1ª série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2000	1ª	Português	77
2000	1ª	Matemática	87
2001	2ª	Português	60
2001	2ª	Matemática	67
2002	3ª	Português	52
2002	3ª	Matemática	51
2003	4ª	Português	61
2003	4ª	Matemática	57
2004	5ª	Português	52
2004	5ª	Matemática	51
2004	5ª	Redação	52
2005	6ª	Português	46
2005	6ª	Matemática	50
2005	6ª	Redação	62

Segundo o conteúdo da Tabela 14 o aluno teve sucesso na 1ª Série. Nas séries seguintes, ele alcançou aprovação mas com uma regressão continuada nas notas finais, chegando ser promovido para 7ª série com dependência em português na sexta série.

**TABELA 15**

O aluno XV incluído no PETI em 2002 cursando a 1ª série.

Ano	Série	Disciplina	Média Anual
2002	1ª	Português	70

2002	1 <sup>a</sup>	Matemática	73
2003	2 <sup>a</sup>	Português	81
2003	2 <sup>a</sup>	Matemática	79
2004	3 <sup>a</sup>	Português	62
2004	3 <sup>a</sup>	Matemática	62
2005	4 <sup>a</sup>	Português	66
2005	4 <sup>a</sup>	Redação	67

Este aluno, segundo os dados numéricos da Tabela 15 demonstra que houve um bom aproveitamento e um desenvolvimento razoável no aprendizado. Somente na 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> série sofreu uma pequena queda nas médias finais com relação às séries anteriores.

Em consideração a pesquisa realizada em maio de 2006, foi necessário que se fizesse nas escolas o levantamento das médias anuais dos alunos inseridos no PETI os anos de 2000 a 2005. Vale lembrar que todas as médias se referem a Português, Redação e Matemática, por ser as disciplinas ministradas com prioridade no programa.

Outro ponto proeminente do Programa que merece ser levado em consideração é que são apenas das aulas de Português e duas aulas de Matemática por semana e, nem sempre isso acontece devido os inúmeros eventos culturais e sociais que ocorrem no local do Programa.

Portanto compreende-se que com todos esses impactos, o PETI, através de seus monitores, procura desempenhar um trabalho que possa garantir a melhoria no ensino-aprendizado dos alunos.

## **CAPÍTULO VI. Considerações Finais**

A realidade da criança e do adolescente em Ourilândia do Norte, nos últimos anos de sua história, não tem sido diferente da apresentada na década anterior. As condições sócio-econômicas representam um cenário de desigualdade social e pobreza. Esses fatores são os principais obstáculos que tem conduzido a permanência do adolescente no trabalho e fora da escola contribuindo também para o baixo rendimento no aprendizado. Pensando nisso é

tarefa árdua dos educadores, como transformadores da mente humana, estar engajados nesta luta, mostrando para a sociedade que contribuir no combate ao trabalho infantil no município de Ourilândia do Norte é uma ação que deve ser encarada coletivamente, abrangendo os seguimentos da sociedade organizada. Mas isso só será possível se houver um apoio maior dos governantes. Os programas de combate ao trabalho infantil, por exemplo, o PETI, por si só não são o bastante, é necessário que haja recursos financeiros, didáticos e pedagógicos para sua manutenção e funcionamento.

O gestor municipal pode e deve apresentar, desenvolver planos de ações mais concretos que possam oferecer trabalho e melhores condições de vida às famílias carentes, desta forma surgirá as oportunidades destas famílias manterem seus filhos na escola para ter uma educação de qualidade em vez de ir trabalhar.

Apesar de um passado muito crítico das crianças e adolescentes do município de Ourilândia do Norte-PA, aonde a maioria iam de carona vender geladinho ou engraxarem sapatos na cidade vizinha (Tucumã), sendo vítima de espancamento, estupro e roubo por gangues daquela cidade não se pode dizer que nada tenha sido feito para reverter essa situação.

Com a implantação do PETI em Ourilândia no ano 2000 não resolveu o problema, haja vista esses programas funcionarem como paliativos não mudando as condições sociais. Pelo menos afastou os adolescentes das piores situações de risco em que se deparavam e garantiu a permanência na escola com o melhoramento no rendimento escolar. Tem-se observado a grande necessidade de um aprimoramento no programa que viesse oferecer algo de conhecimento que possa assegurar um futuro melhor para esses jovens.

Considerando que algumas tomadas de decisão em benefício das crianças tenham tido um resultado satisfatório, vale ressaltar que é possível melhorar o padrão de vida infanto – juvenil tendo em vista que alguns resultados já comprovaram que se pode fazer algo mais além do que já se tem feito.

Isso significa que não é bastante e por isso é viável que nossas autoridades avaliem melhor o desempenho dos programas sociais em especial o PETI, pois é necessário que se amplie no sentido de atender melhor a grande demanda. É bom ressaltar que o programa já está no 10º ano de existência, a meu ver estaria na hora de uma reformulação no conteúdo original, considerando que neste aspecto ainda continua em caráter experimental enquanto que a demanda infantil continua expressivamente grande e os recursos do mesmo permanece estável.

Estas são circunstâncias que merecem ser levadas em consideração para uma revisão e aprimoramento no atendimento ao menor que sonha por uma oportunidade de conquistar sua cidadania. Por que apesar de tudo que o programa vem desenvolvendo no município observa-se ainda a grande necessidade de ampliar no campo de atividades para melhoramento na formação desses indivíduos, contudo os recursos que vem do Governo Federal são suficientes para dar o que elas precisam, ou seja, para obter uma formação mais digna de modo que venha ter uma condição mais justa de ingressar no mercado de trabalho num futuro próximo.

Além do mais de que maneira devem ser trabalhados esses indivíduos para no futuro obter o seu primeiro emprego? Esses são valores que merecem ser refletidos.

A expectativa é que o presente trabalho não pare por aqui, por enquanto, é um simples passo na busca de analisar a situação de vida das crianças deste município. O que se espera é que os intelectuais ligados a essa temática possam encontrar aqui um ponto de partida para dar continuidade a esta reflexão e a esta luta pelas crianças. Afinal, quem vai agradecer é a criança e o adolescente, que buscam esse apoio da nossa sociedade por uma vida melhor.

## **REFERÊNCIAS**

ABAD, Miguel. **Políticas públicas: Juventude em Pauta**- Cortez editora-São Paulo, 2003

ALENCAR, **Ronaldo Antônio**. **“Revivendo Sonhos e Memórias: os migrantes na construção do Município de Ourilândia do Norte- Pará (1981-1988)”** Belém- Fire, 2004- Edição Revisada.

CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho**. 1ª edição. Editora Moderna, São Paulo-1992

CARTILHA DO PETI 2002.

COMBATENDO O TRABALHO INFANTIL: **guia para os educadores/ IPEC- Brasília: OIT, 2001. II.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL-1988

- CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 2ª Ed são Paulo: Cortez, 1995.
- DOURADO, Ana, Dabat, Christine, Mary, (org.) **Historia das Crianças no Brasil**, 5ª edição- São Paulo: contexto, 2006.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de papel**. 19ª edição, Editora Ática- São Paulo 2001.
- ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3ª Ed- São Paulo: Saraiva 2002.
- GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar. Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências**. 3ª edição. Editora Recorde- Rio de Janeiro, 1995.
- GUERRA, Rosangela. **Infância Perdida**. Nova Escola Ano IX- Número 75- Maio/1994.
- KANT, Emanuel. **Sobre a Pedagogia**. Ed. UNIMEP. Piracicaba- SP. 1996.
- LEI de DIRETRIZES e BASES- 1994
- LEÓN, Oscar Dávila. **Políticas públicas: Juventude em Pauta**, São Paulo: Cortez, 2003.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. **História de Higienização pelo Trabalho**. Crianças paraenses no vovicentos, s. d.
- MAUAD, Ana Maria. **A vida de crianças de elite durante o Império. História das crianças no Brasil**, 5ª. Ed - São Paulo. Contexto, 2006.
- MOURA. Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **História das Crianças no Brasil**, 5ª Edição- SP. Contexto, 2006.
- NOVAIS, Rigina. **Política Publica: Juventude em Pauta**- Cortez editora- São Paulo, 2003.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela, Adrião, Theresa (org.) ET alii, **Organização do ensino no Brasil**, Ximã Editora, 1ª edição, São Paulo-2002.
- PADUA, Elizabete Matallo Marchesini. **Metodologia da Pesquisa**. Abordagem Teorico-Prático. 10ª Ed. Ver atualizado- Papyrus editora- Campinas, SP. 2004.
- PASSETTI, Edson. **Crianças Carentes e Políticas Públicas. Histórias das Crianças no Brasil**. 5ª edição- SP- Contexto, 2006.
- RAMOS, Fabio Pestana. **A Historia Trágico Marinha das Crianças nas embarcações portuguesas do Século XXI**. 5ª Ed- São Paulo: Contexto, 2006

REGO, Teresa Cristina. **Uma Perspectiva no Brasil. História das Crianças no Brasil**, 15ª Ed. Editoras vozes- Petrópolis, 2003.

**Relatório da Situação da Infância e da Adolescência brasileira 2003.**

RIZZINI, Irmão. **Pequenos Trabalhadores no Brasil. História das Crianças no Brasil**, 5ª Edição- São Paulo: Contexto, 2006.

TIEZZI, Sergio. **A Organização da Política Social do Governo Fernando Henrique**. Volume 18 nº2- São Paulo, 2004.

# **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA I**

#### **ALUNOS DO PETI**

##### **Entrevista com o aluno A**

1. Qual a sua idade?

R = 11 anos

2. Com quem você mora?

R = Eu moro com minha mãe

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Bom

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = É ir para o agente jovem

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha vó

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Eu compro o material escolar: lápis, borracha, caderno.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com o aluno B

1. Qual a sua idade?

R = 14 anos

2. Com quem você mora?

R = Eu moro com minha mãe e meu pai.

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Me sinto bem por que agente tem um desenvolvimento melhor pra aprender

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = É trabalhar em uma oficina de bicicleta

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sim

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Não ela compra coisas para nos e pra ela, roupa e calçados.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com o aluno C

1. Qual a sua idade?

R = 15 anos

2. Com quem você mora?

R = Eu moro com minha vó.

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Eu me sinto bem, sei lá é muito bom aqui no PETI, eu gosto daqui.

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = É terminar meus estudos, fazer minha faculdade só isso.

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha avó

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Não. Bom, dá mas é que tem que pagar algumas coisas, roupa pra mim. E, no momento ela comprou um guarda roupa pra mim e agora está pagando.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno D

1. Qual a sua idade?

R = 13 anos

2. Com quem você mora?

R = Mais minha mãe e minha tia..

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Legal

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Trabalhar sendo professora

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sim

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha tia [...] por que minha mãe sofre das vistas.

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Pago minhas contas e compro meu material da escola.

**DATA: 09/05/2006**

**Entrevista com aluno E --**

1. Qual a sua idade?

R = 13 anos

2. Com quem você mora?

R = Mora com minha avó e meu avô.

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = No PETI eu me sinto assim uma menina igual às outras. Sinto-me muito bem.

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Quando eu sair daqui eu pretendo estudar a c

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sim. Porque o dinheiro que eu tiro aqui no PETI é um dinheiro que tem ajudado muito.

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Eu compro meus materiais e também ajudo em alguma coisa que falta em casa

**DATA: 09/05/2006**

**Entrevista com aluno F**

1. Qual a sua idade?

R = 11 anos

2. Com quem você mora?

R = Mais minha mãe.

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Bom

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = É estudar e procurar um meio de ser alguém na vida e servir o exercito.

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sim

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe.

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Ela paga as contas. Eu só pego um bocado.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Compra qualquer coisa.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno G

1. Qual a sua idade?

R = 11 anos

2. Com quem você mora?

R = Com meus pais

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Me sinto a vontade

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = É Ser uma advogada

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sim

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe.

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Com material escolar.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno H

1. Qual a sua idade?

R = 10 anos

2. Com quem você mora?

R = Com meus pais

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Legal

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Ser uma professora

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Besteira. Tem vez que eu compro calçado ou roupa.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno I

1. Qual a sua idade?

R = 12 anos

2. Com quem você mora?

R = Com meus pais

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Bem.

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Ser Cantora

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Mais ou menos

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Não. Ela compra roupas pra mim e calçados.

8. Com que você gasta o dinheiro?

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno J

1. Qual a sua idade?

R = 12 anos

2. Com quem você mora?

R = Com minha mãe

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Bom.

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Ser Pintor

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Roupas e outras coisas também.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno L

1. Qual a sua idade?

R = 10 anos

2. Com quem você mora?

R = Com meus pais

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Eu me sinto bom

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Ser policial.

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Não. Ela compra roupa pra mim

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = (ficou calado)

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno M

1. Qual a sua idade?

R = 8 anos

2. Com quem você mora?

R = Eu moro com minha tia.

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Boa

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = É ser cantora

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha tia

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Não. Ela está juntamente pra comprar meus trens

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = (ficou calado)

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno N

1. Qual a sua idade?

R = 12 anos

2. Com quem você mora?

R = Com minha mãe e meu pai

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Bom

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Estudar o curso de computação e quando terminar eu trabalhar em qualquer lugar

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá um pouco.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Compro roupas e calçados.

**DATA: 09/05/2006**

Entrevista com aluno O

1. Qual a sua idade?

R = 10 anos

2. Com quem você mora?

R = Com minha mãe e meu pai

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Bom

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = Ser um moto táxi.

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Não. Ela compra roupa pra mim.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = (ficou calado)

DATA: 09/05/2006

Entrevista com aluno P

1. Qual a sua idade?

R = 13 anos

2. Com quem você mora?

R = Com minha mãe e meu pai.

3. Como você se sente estudando aqui no PETI?

R = Bom

4. Qual é o seu sonho para o futuro quando sair do PETI?

R = É ser dançarina

5. Você é satisfeito (a) com o dinheiro que recebe no PETI?

R = Sou

6. Quem recebe o dinheiro para você no dia do pagamento?

R = Minha mãe

7. Ele (a) lhe dá o dinheiro?

R = Dá mais tem vez que ela compra as coisas pra casa.

8. Com que você gasta o dinheiro?

R = Compra roupa, calça.

## **ANEXO II**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA II**

#### **Entrevista com Conselheiro "A"**

1. Como você vê o programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI em Ourilândia?

2. Quais as contribuições que o PETI tem oferecido para essas crianças em relação ao trabalho infantil.

3. **Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**

**DATA: 10/05/06**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA III**

#### **Entrevista com Conselheiro “B”**

1. **Como você vê o programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI em Ourilândia?**

2. **Quais as contribuições que o PETI tem oferecido para essas crianças em relação ao trabalho infantil?**

3. **Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**

**DATA: 10/05/06**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA IV**

#### **Entrevista com Conselheiro “C”**

1. **Como você vê o programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI em Ourilândia?**

2. **Quais as contribuições que o PETI tem oferecido para essas crianças em relação ao trabalho infantil?**

3. **Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA V**

### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 12/05/2006**

**Entrevista com a mãe A**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha do seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu filho recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA VI**

### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 12/05/2006**

**Entrevista com a mãe B**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha do seu filho estar freqüentando o PETI?

4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu filho recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA VII**

**Pai/mãe/responsável do aluno do PETI DATA: 12/05/2006**

**Entrevista com a mãe C**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha do seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu filho recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA VIII**

**Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 12/05/2006**

**Entrevista com a mãe D**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha de sua filha estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu filho recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA IX**

### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 12/05/2006**

#### **Entrevista com o Pai E**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como pai, o que você acha de sua filha estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que sua filha recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA X**

### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 12/05/2006**

#### **Entrevista com a mãe F**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha de seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu filho recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XI**

### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 12/05/2006**

#### **Entrevista com a mãe G**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha de sua filha estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que sua filha recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XII**

### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 13/05/2006**

#### **Entrevista com a avó H**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como avó, o que você achas de seu neto estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu neto recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XIII**

### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 13/05/2006**

#### **Entrevista com a responsável I**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?

3. Você como irmã responsável, o que você achas de seu irmão estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu irmão recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA XIV**

#### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 13/05/2006**

#### **Entrevista com a mãe J**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você achas de seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu irmão recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA XV**

#### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 13/05/2006**

#### **Entrevista com a mãe L**

1. Qual seu estado civil?
2. Em que trabalha?

3. Você como mãe, o que você acha de seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu irmão recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?
6. Por que algumas crianças ou adolescentes que já freqüentaram o PETI e que participaram de palestras educativas e religiosas de pessoas de diversos seguimentos da sociedade ao sair do programa retornam à pratica do crime, do roubo e uso de drogas.

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA XVII**

#### **Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 13/05/2006**

##### **Entrevista com a mãe M**

1. Qual o seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você achas de seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu irmão recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA XVII**

#### **Pai/mãe/responsável**

**DATA: 13/05/2006**

##### **Entrevista com a mãe N**

1. Qual o seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você achas de sua filha estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?

5. O dinheiro que seu irmão recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA XVIII**

**Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 13/05/2006**

**Entrevista com a mãe O**

1. Qual o seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha de seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?
5. O dinheiro que seu irmão recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA XIX**

**Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 13/05/2006**

**Entrevista com a mãe P**

1. Qual o seu estado civil?
2. Em que trabalha?
3. Você como mãe, o que você acha de seu filho estar freqüentando o PETI?
4. O que mudou no perfil das crianças e adolescentes após estarem ingressados no PETI em Ourilândia?

5. O dinheiro que seu irmão recebe no PETI tem contribuído de certa forma para ajudar na renda familiar?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XX**

**Pai/mãe/responsável do aluno do PETI**

**DATA: 10/05/2006**

Entrevista com a professora "A"

- 1) **Qual a sua função? Você e professora de que série?**
- 3) **A quanto tempo trabalha aqui no PETI? R**
- 4) **Como você vê o programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETE em Ourilândia.**
- 5) **Quais as contribuições que o PETI têm oferecido para essas crianças com relações ao trabalho infantil?**
- 6) **Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XXI**

**DATA: 10/05/2006**

Entrevista com a professora "B"

- 1) **Você é professor (a) de qual série?**
- 2) **A quanto tempo você trabalha aqui no PETI?**
- 3) **Como você vê o programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI em Ourilândia?**
- 4) **Quais as Contribuições que o PETI tem oferecido para essa crianças com relação ao trabalho infantil?**
- 5) **Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XXII**

**DATA: 10/05/2006**

Entrevista com a professora "C"

- 1) **Você é professora de qual série?**
- 2) **A quanto tempo você trabalha aqui no PETI?**
- 3) **Como você vê o programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI em Ourilândia?**
- 4) **Quais Contribuições que o PETI tem oferecido para essas crianças com relação ao trabalho infantil?**
- 5) **Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XXIII**

ENTREVISTA "A" NA COMUNIDADE

- 1 - **Como você vê o programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em Ourilândia do Norte?**
- 2 – **Quais as contribuições que o PETI tem oferecido para essas crianças com relação ao trabalho infantil?**
- 3 – **Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**

**DATA:11/05/2000**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XXIV**

ENTREVISTA "B" NA COMUNIDADE

- 1 - Como você vê o programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em Ourilândia do Norte?
- 2 - Quais as contribuições que o PETI tem oferecido para essas crianças com relação ao trabalho infantil.
- 3 - Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?

DATA: 11/05/2006

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XV**

### **ENTREVISTA “C” NA COMUNIDADE**

- 1 - Como você vê o programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em Ourilândia do Norte?
- 2 - Quais as contribuições que o PETI tem oferecido para essas crianças com relação ao trabalho infantil?
- 3 - Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?

DATA: 11/05/2006

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA XXVI**

### **ENTREVISTA “D” NA COMUNIDADE**

- 1 - Como você vê o programa de erradicação infantil?
- 2 - Quais as contribuições que o PETI oferecido para essas crianças com relação ao trabalho infantil?

**3 – Que sugestão você daria para o benefício da criança e do adolescente relativo ao PETI?**